



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de Serviços de Manutenção Preventiva, Corretiva, Monitoramento, Testes e Assistência Técnica com Fornecimento de Peças e Baterias, genuinamente originais, ao Sistema de Equipamentos de Energia Ininterrupta - *Nobreaks*, pelo período de 12 (doze) meses.

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE
1	1	Serviços de manutenção preventiva, corretiva, monitoramento, testes e assistência técnica, com reposição de peças e componentes, ao sistema de Equipamentos de Energia Ininterrupta - <i>Nobreaks</i> .	Mês	12
	2	Substituição de baterias, sem garantia de consumo mínimo.	Unid.	200

- 1.2. O objeto enquadra-se na categoria de serviços comuns, de que trata a Lei nº 10.520/02 e o Decreto nº 10.024/19, possuindo especificações usuais de mercado. O regime da execução do contrato será por empreitada por preço unitário, mediante o ajuste de preço certo de unidades determinadas.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

2.1. Descrição geral

- 2.1.1. Trata-se de solução de prestação de serviços técnicos especializados destinados à manter o Sistema de Energia Ininterrupta – UPS (No Breaks), incluindo o fornecimento de peças genuinamente originais, configurações adequadas e necessárias ao seu funcionamento, do Ministério da Educação (Sede, Anexos/CNE).
- 2.1.2. Neste sentido, por se tratar de solução responsável pela manutenção e pleno funcionamento de um sistema de emergência primordial, de disponibilidade ininterrupta, cujo mau funcionamento, em situações de ausência de fornecimento de energia elétrica, impede o efetivo trabalho dos colaboradores do Ministério da Educação, assim como o correto funcionamento do DataCenter, observa-se o caráter continuado da solução.
- 2.1.3. Os quantitativos dos itens que compõem a solução, foram baseados no seguinte levantamento:
- a) Para o item 1: A necessidade contínua da manutenção preventiva, corretiva, monitoramento, testes e assistência técnica, com reposição de peças e componentes, ao sistema de Equipamentos de Energia Ininterrupta –



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Nobreaks, resultando então na metrificação mensal do serviço. Deste modo, obtêm-se o quantitativo de 12 (doze) meses de cobertura do Item proposto.

- b) Para o item 2: Observou-se o histórico de planejamento substituições de baterias, no decorrer dos 5 (cinco) últimos anos do contrato anterior, haja vista que o sistema de Equipamentos de Energia Ininterrupta – Nobreaks do MEC possui atualmente 976 (noventas e setenta e seis) baterias e, a troca de até 200 (duzentas) baterias por ano permitirá a troca de todas as baterias existentes no sistema durante o período de sua vida útil média estimada é de 5 (cinco) anos, o mesmo período previsto para a execução contratual, caso ocorram todas as prorrogações permitidas em lei, da pretensa contratação em questão.

2.2. Bens e serviços que compõem a solução

Grupo	Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	1	Serviços de manutenção preventiva, corretiva, monitoramento, testes e assistência técnica, com reposição de peças e componentes, ao sistema de Equipamentos de Energia Ininterrupta - <i>Nobreaks</i> .	Mês	12
	2	Substituição de baterias, sem garantia de consumo mínimo.	Unidade	200

3. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

3.1. Contextualização e justificativa da contratação

- 3.1.1. Os Nobreaks são equipamentos essenciais à proteção dos ativos de informação do Ministério da Educação contra danos eventuais que possam ser causados pela interrupção brusca no fornecimento de energia elétrica. Tais equipamentos possuem a função de garantir o fornecimento continuado de energia elétrica dentro de parâmetros estritos de qualidade para o parque de TIC do MEC, protegendo os equipamentos do ambiente no caso de flutuações, picos e transientes provenientes da rede pública de energia elétrica. Também são os responsáveis por garantir que, no caso de falha no fornecimento de energia elétrica pela concessionária pública, a infraestrutura de TIC do MEC continue funcionando sem interrupção até que os motores geradores de energia elétrica do MEC sejam acionados.
- 3.1.2. Com o término do contrato nº 45/2015 em 27/07/2020 e a impossibilidade de continuidade do mesmo, pois atingirá o limite máximo de prorrogações o qual é de 60 (sessenta) meses, se faz necessária a contratação de empresa para fazer a manutenção desses equipamentos. A contratação de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças e baterias, proporcionará segurança quanto



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

ao funcionamento contínuo dos equipamentos de informática, com benefícios diretos nas atividades vinculadas à pasta da Educação.

- 3.1.3. Em face do tempo de uso dos Nobreaks, a manutenção e o suporte técnico são itens cruciais para a garantia de disponibilidade desses equipamentos, garantindo ao MEC proteção contra eventuais defeitos que possam surgir em decorrência do uso e que venham a comprometer sua plena funcionalidade e, em função disso, possa gerar alguma indisponibilidade na prestação de serviços públicos pelo Ministério.

3.2. Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais

- 3.2.1. A contratação dos serviços encontra-se pautada no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações (PDTIC) 2017 - 2020 e alinhada com o Planejamento Estratégico de TIC (PETIC) 2017 - 2020, conforme tabela abaixo.

PDTIC 2017 - 2020	PETIC 2017-2020
<u>Item 97 do Inventário das Necessidades de TIC Priorizadas:</u> <i>“Prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, monitoramento, testes, assistência técnica, fornecimento de peças e baterias ao sistema de equipamentos de energia ininterrupta Nobreaks (UPS) Modulares”</i>	<u>Objetivo Estratégico nº. 7:</u> <i>“Prover planejamento de capacidade da infraestrutura e serviços de TIC alinhado às demandas do negócio”.</i>
	<u>Objetivo Estratégico nº. 8:</u> <i>“Realizar a contratação de bens e serviços de TIC alinhada às necessidades do negócio”, do PETIC 2017-2020.</i>

- 3.2.2. Cumpre ressaltar que a Proposta Orçamentária de TIC 2017 - 2020, Anexo C do PDTIC, prevê, de forma expressa, estimativa de renovação/custeio para o item 97 do PDTIC.

3.3. Estimativa da Demanda

- 3.3.1. Conforme subitem 2.2. deste Termo de Referência.

3.4. Parcelamento da Solução

3.4.1. Do Agrupamento de Itens em Grupo

- 3.4.1.1. **Grupo 1:** Prestação de Serviços de Manutenção Preventiva, Corretiva, Monitoramento, Testes e Assistência Técnica com Fornecimento de Peças e Baterias, genuinamente originais, ao Sistema de Equipamentos de Energia Ininterrupta - *Nobreaks*, pelo período de 12 (doze) meses.

- a) Para o Grupo 1 as licitantes deverão apresentar proposta para cada item que compõe o Grupo, sendo declarada vencedora a empresa que apresentar o **Menor Preço por Grupo**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

- b) O agrupamento dos itens que compõem o grupo se deve ao fato de que todos os bens/serviços agrupados estão intrinsecamente relacionados pois, embora composto pelos serviços de manutenção preventiva e corretiva inclui também o fornecimento insumos para o correto funcionamento do sistema UPS (peças, componentes e baterias), trata-se então de uma solução integrada que visa garantir o pleno funcionamento de um sistema fundamental e necessário ao bom funcionamento do órgão, deste modo, a adjudicação por lote único está pautada na necessidade de que o fornecimento de baterias deve ocorrer em harmonia com fornecimento dos demais insumos (peças e componentes) quando se fizerem necessários, assim como na padronização dos serviços, a partir da contratação de um único prestador, facilitando a gestão do contrato, uma vez que o fornecimento de tais itens separados por mais de uma empresa acarretaria elevado custo de administração e uma complexa rede de coordenação entre os projetos o que, certamente, comprometeria a qualidade e efetividade dos resultados para o Ministério.
- c) Pelo exposto, os itens que compõem o grupo devem ser fornecidos por um único licitante, pois, caso os itens fossem divididos entre vários licitantes, qualquer descumprimento por parte de algum deles, poderia comprometer todo o funcionamento da solução, acarretando prejuízo ao Ministério.
- d) Neste sentido, o fornecedor único torna-se o responsável pela integração de entrega, instalação, manutenção e reposição de todos os componentes, garantindo assim a manutenção da estabilidade e operacionalidade de todo o sistema de equipamentos de energia ininterrupta. A Administração ganha em capacidade de gestão do contrato, com instrumentos de cobrança efetiva e fiscalização dos contratos e procedimento padronizado de manutenção corretiva (o que inclui o fornecimento, instalação e substituição de insumos), propiciando agilidade na resolução dos problemas advindos de falhas ou outros eventos relacionados tanto ao sistema essencial relacionado à pretensa contratação, quanto à própria prestação de serviço/objeto do contrato administrativo que será celebrado, de prestação de serviço de manutenção e fornecimento de insumos.
- e) Há ainda que se considerar o aspecto da economicidade pelo fator de escala no caso de um único fornecimento por lote, em



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

contraposição à aquisição ou contratação segmentada. Pelo interesse de cada licitante em ser adjudicada vencedora do lote, observa-se no mercado a tendência para a redução de custo unitário dos diversos itens que compõem a solução, na busca de oferecer o menor preço global associado ao atendimento da solução completa e às exigências técnicas do Edital.

- f) Por fim, para o presente caso, o agrupamento dos itens se mostra como uma opção mais adequada do que a adoção da licitação por itens isolados, a qual implicaria em um maior número de procedimentos de seleção, o que tornaria bem mais oneroso o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, de sorte que poderia colocar em risco a celeridade processual e a economia de escala, comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.
- g) Diante de todo o exposto, fica assegurado o interesse público e justifica-se a formação do GRUPO por meio do agrupamento dos diversos itens que o compõem, bem como a adoção do critério de Menor Preço por Grupo para o julgamento e classificação das propostas.

3.5. Resultados e Benefícios a Serem Alcançados

- 3.5.1. Dotar o MEC de serviço de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva, monitoramento e testes de todos os Nobreaks modulares existentes no Ministério da Educação;
- 3.5.2. Garantir o fornecimento continuado de energia elétrica dentro de parâmetros estritos de qualidade para o parque de TIC do MEC, através de visitas periódicas e sob demanda às instalações do MEC;
- 3.5.3. Proteger os equipamentos de TIC do MEC de flutuações e acidentes elétricos tais como: picos altos de tensão e sinais transientes eventualmente provenientes da rede pública de energia elétrica, por meio da correta manutenção dos equipamentos Nobreak; e
- 3.5.4. Garantir o correto monitoramento para que os Nobreaks cumpram o papel, no caso de falha de fornecimento de energia elétrica pela concessionária pública, de energizar a infraestrutura de TIC do MEC para continuar recebendo energia elétrica sem interrupção até que os motores geradores de energia elétrica do MEC sejam acionados.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

4. ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos Negociais

4.1.1. Considerando a estrutura e capacidade atual do parque do MEC será necessário a execução de serviços de manutenção com reposição de peças e baterias que visa atender o sistema de Equipamentos de Energia Ininterrupta Nobreaks modulares no ambiente do MEC, totalizando 1.480 (um mil e quatrocentos e oitenta) KVA de potência, existentes nos prédios/unidades:

- Ministério da Educação, Bloco L, Ed. Sede, Esplanada dos Ministérios, Brasília-DF;
- Ministério da Educação Anexo II, Esplanada dos Ministérios, Brasília-DF; e
- Conselho Nacional de Educação (CNE), SGAS, Av. L2 Sul, Quadra 607, Lote 50 - 70200-670 - Brasília – DF.

4.1.2. São ações mínimas a serem executadas na manutenção preventiva:

4.1.2.1. Verificação diária (remotamente):

- 4.1.2.1.1. Monitoramento 24x7;
- 4.1.2.1.2. Verificar funcionamento e condições de operação;
- 4.1.2.1.3. Registrar tensão de flutuação (VCC);
- 4.1.2.1.4. Registrar corrente de flutuação (A);
- 4.1.2.1.5. Armazenar os parâmetros disponibilizados;
- 4.1.2.1.6. Emitir relatório apontando qualquer falha identificada;
- 4.1.2.1.7. Relacionar peças e componentes necessários para correção das falhas identificadas.

4.1.2.2. Verificação Mensal (no local):

- 4.1.2.2.1. Verificar estado das chaves, botoeiras e sinaleiros;
- 4.1.2.2.2. Verificar e substituir lâmpadas de sinalização;
- 4.1.2.2.3. Verificar funcionamento dos ventiladores/exaustores;
- 4.1.2.2.4. Verificar e operar chave estática;
- 4.1.2.2.5. Registrar a tensão de saída do inversor;
- 4.1.2.2.6. Executar a medição de temperatura do invólucro de cada bateria e dos seus respectivos bornes (positivo e negativo);
- 4.1.2.2.7. Executar a medição de temperatura das conexões da cablagem (terminais) das seccionadoras antes e depois dos fusíveis;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

- 4.1.2.2.8. Fazer levantamento de todas informações para controle, arquivamento (série histórica) e análises futuras de tendências do comportamento da temperatura dos fusíveis e cabos;
- 4.1.2.2.9. Verificar o torque dos parafusos de fixação dos bornes das baterias em função da variação de temperatura medida anteriormente;
- 4.1.2.2.10. Verificar deformação no invólucro da bateria no banco;
- 4.1.2.2.11. Executar a medição de tensão (V) de cada bateria do banco e das seccionadoras;
- 4.1.2.2.12. Executar a medição de tensão (V) e corrente (I) de entrada no retificador oriunda da rede elétrica comercial nos contatos R-S-T;
- 4.1.2.2.13. Executar a medição de tensão (V) e potência ativa e reativa (kW e kVAr) de saída do inversor nos contatos R-S-T;
- 4.1.2.2.14. Executar a medição térmica da entrada de alimentação do retificador, coletando dados dos 4 terminais (R-S-T e N);
- 4.1.2.2.15. Executar a medição térmica da saída de alimentação para a carga, coletando dados dos 4 terminais (R-S-T e N);
- 4.1.2.2.16. Executar a medição térmica da entrada de alimentação DC indicada, coletando dados dos terminais do banco;
- 4.1.2.2.17. Verificar se o UPS está em fase com a rede;
- 4.1.2.2.18. Registrar potência total (W);
- 4.1.2.2.19. Executar a medição da temperatura do invólucro do disjuntor com seus respectivos terminais da cablagem de entrada e saída, instalado no quadro de alimentação principal da UPS (quadro de entrada) e no quadro de distribuição de cargas controladas (quadro de saída);
- 4.1.2.2.20. Executar a recuperação dos logs dos últimos eventos que ocorreram com o UPS, que deverão ser listados no relatório técnico a ser fornecido;
- 4.1.2.2.21. Realizar a leitura das medidas de autonomia de baterias, frequência de saída, frequência de bypass, tensão das baterias, corrente de carga das baterias, corrente de descarga das baterias, tensão de entrada do retificador, tensão de entrada do bypass, tensão de saída do inversor, corrente de saída do inversor, potência ativa, potência reativa, potência



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

aparente e potência de saída em % e capacidade de bateria em %, via painel de controle (display) do UPS;

- 4.1.2.2.22. Executar testes dos bancos de baterias para verificar a corrente de descarga, a tensão e o tempo de autonomia no painel de controle;
- 4.1.2.2.23. Executar os testes do carregador do banco de baterias;
- 4.1.2.2.24. Checar a cada 10 minutos o percentual de recarga, a tensão e a corrente de carregamento no painel de controle. Essa monitoração deverá acontecer, no mínimo, seis vezes, dentro de 60 minutos até sua carga completa;
- 4.1.2.2.25. Realizar testes de chave estática eletrônica, no comando do inversor para a chave estática;
- 4.1.2.2.26. Realizar medição das fases R-S-T e do neutro, contemplando as grandezas elétricas de tensão (V), corrente (I), potência ativa (kW) e potência reativa (kVAr) na saída do barramento do UPS;
- 4.1.2.2.27. Realizar testes da chave de bypass manual com a medição de tensão (V), corrente (I), potência ativa (kW) e potência reativa (kVAr) na saída do barramento do UPS;
- 4.1.2.2.28. Simultaneamente, durante os testes anteriores, o técnico poderá inspecionar mecanicamente de forma auditiva e visual o funcionamento dos exaustores de refrigeração dos módulos UPS;
- 4.1.2.2.29. Verificar ambiente ao redor dos equipamentos de Nobreaks;
- 4.1.2.2.30. Efetuar limpeza externa e interna nos nobreaks;
- 4.1.2.2.31. Executar a remoção de poeira no painel frontal do UPS (nas aletas de ventilação);
- 4.1.2.2.32. Proceder remoção de poeira na parte traseira nas paletas dos ventiladores e exaustores (fans).
- 4.1.2.2.33. Executar a remoção de poeira no invólucro de cada elemento de bateria;
- 4.1.2.2.34. Executar a limpeza quando há oxidação nos bornes (terminais) das baterias;
- 4.1.2.2.35. Executar a remoção de poeira nas partes externas do(s) gabinete(s) UPS;
- 4.1.2.2.36. Verificar integridade das instalações elétricas;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

- 4.1.2.2.37. Verificar a integridade dos sistemas de alarme;
 - 4.1.2.2.38. Verificar sistema de comunicação e supervisão integrada;
 - 4.1.2.2.39. Operação e calibração do retificador e inversor;
 - 4.1.2.2.40. Testes de operação com e sem carga;
 - 4.1.2.2.41. Reapertar todas as conexões e barramentos;
 - 4.1.2.2.42. Testar as baterias com medidor de condutância sem desligar o banco de baterias;
 - 4.1.2.2.43. Fazer mapa da vida útil do banco de baterias por elemento;
 - 4.1.2.2.44. Verificar disjuntores, contadores, fusíveis e componentes;
 - 4.1.2.2.45. Verificar a fixação dos componentes internos;
 - 4.1.2.2.46. Realizar teste de carga (desligar rede);
 - 4.1.2.2.47. Medir tensão em cada elemento da bateria em descarga;
 - 4.1.2.2.48. Registrar o tempo de descarga do banco de baterias (curto período);
 - 4.1.2.2.49. Emitir relatório apontando qualquer falha identificada;
 - 4.1.2.2.50. Relacionar peças e componentes necessários para correção das falhas identificadas.
- 4.1.3. As rotinas de verificação citadas acima são mínimas e deverão ser incrementadas e aperfeiçoadas pela CONTRATADA, ao longo de todo o Contrato.
- 4.1.4. Para realização das atividades acima descritas é necessário que a CONTRATADA disponibilize, para seus técnicos, equipamentos de segurança individual (EPI), bem como ferramentas e produtos de limpeza conforme descritos no Encarte A.
- 4.1.5. No caso de manutenção corretiva, os serviços serão realizados sempre que os equipamentos apresentem falhas que impeçam o seu funcionamento regular e requeiram intervenção técnica especializada e/ou mesmo a substituição de peças ou componentes ou módulos.
- 4.1.6. No caso de problemas identificados como críticos em que não seja possível aguardar o prazo de até 10 (dez) dias para reposição das peças, a CONTRATADA deverá substituir o equipamento danificado, utilizando o módulo de redundância, sem custos adicionais para o MEC, até que o problema seja sanado e o componente defeituoso seja substituído.
- 4.1.7. O MEC se reserva o direito de adquirir peças e/ou componentes ou baterias de outro fornecedor, desde que sejam mantidas as características técnicas originais dos equipamentos.
- 4.1.8. Em quaisquer circunstâncias os serviços de substituição das peças e baterias será realizada pela CONTRATADA e às suas expensas.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

- 4.1.9. Após a execução dos serviços de manutenção (preventiva ou corretiva) a CONTRATADA deverá apresentar um Relatório Técnico, assinado pelo Responsável Técnico da CONTRATADA, contendo todas as anotações realizadas durante o processo de manutenção.
- 4.1.10. Finalizada a ordem de serviço a CONTRATADA deverá entregar o Relatório para a equipe de fiscalização do MEC, que emitirá o Termo de Aceite Provisório, conforme Encarte E.
- 4.1.11. Estando o serviço executado a contento, e o relatório validado, o CONTRATANTE emitirá o Termo de Aceite Definitivo, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, nos termos do Encarte F.
- 4.1.12. Os serviços deverão ser prestados por profissionais técnicos devidamente capacitados nos equipamentos em questão, bem como com todos os recursos ferramentais necessários para tanto.
- 4.1.13. Os profissionais responsáveis pela execução do objeto deverão ser técnicos em eletrônica (ou formação equivalente) e possuir registro no CREA.
 - 4.1.13.1. Os profissionais responsáveis pela manutenção dos equipamentos existentes no edifício do MEC (modelo ConceptPower) deverão apresentar certificação profissional relacionada ao respectivo equipamento.
- 4.1.14. Durante toda a vigência contratual a CONTRATADA deverá manter, nas instalações do MEC, **1 (um) módulo de 100 kVA**, com as mesmas características dos equipamentos existentes no MEC (tecnologia modular Modelo: **ConceptPower 100 kVA, fabricante: NEWAVE**), em stand-by, para utilização imediata caso necessário;
- 4.1.15. Durante a vigência contratual, a CONTRATADA deverá manter em seu quadro de funcionários um engenheiro com certificado de serviço de manutenção preventiva e corretiva de Sistema Nobreak como Responsável Técnico.
 - 4.1.15.1. Caso algum profissional seja substituído, a documentação do novo profissional deverá ser entregue antes da execução do serviço.
- 4.1.16. As demais condições de execução dos serviços (manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças e baterias, atendimento dos serviços, emissão de relatórios) estão detalhadas no Encarte A.
- 4.1.17. No que concerne as substituições de peças módulos ou componentes de reposição, bem como baterias danificadas:
 - 4.1.17.1. Todas as peças, módulos ou componentes de reposição, bem como baterias danificadas, deverão ser fornecidas e substituídas pela



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

CONTRATADA durante toda a vigência do Contrato, respeitada as condições mínimas abaixo:

Item	Prazo
Fornecimento e substituição de peças, módulos ou componentes de reposição.	10 dias
Fornecimento e substituição de baterias.	30 dias

- 4.1.17.1. A contagem dos prazos inicia-se a partir da data da identificação da falha pelo sistema de monitoramento ou pela notificação do CONTRATANTE.
- 4.1.17.2. A CONTRATADA deverá fornecer garantia mínima de 12 (doze) meses para as peças, módulos, componentes e baterias substituídas.
- 4.1.17.3. Somente será admitido pedido de prorrogação do prazo estabelecido mediante justificativa por escrito, plenamente fundamentada e entregue à Administração dentro do prazo predefinido.
- 4.1.17.4. Todas as peças, módulos, componentes ou baterias que precisarem ser substituídas, deverão ser lacrados e de primeiro uso, e deverão ter garantia de 12 meses.
- 4.1.17.5. O descarte sustentável das peças, módulos, componentes ou baterias substituídas deverão ocorrer às expensas da CONTRATADA.
- 4.1.18. Após a execução dos serviços de manutenção, tanto preventivas como corretivas, programadas ou de emergência, a CONTRATADA deverá apresentar um relatório das intervenções realizadas no período, ressaltando os fatos importantes e detalhando os pormenores das intervenções, de forma a manter registros completos das ocorrências e chamados, para subsidiar as decisões do CONTRATANTE.
- 4.1.19. A entrega do relatório será condição necessária à atestação pelo MEC, para fins de recebimento e posterior pagamentos dos serviços executados, conforme prazo estabelecido neste Termo de Referência.

4.2. Requisitos Técnicos

- 4.2.1. As especificações técnicas dos itens que compõem o objeto deste TERMO DE REFERÊNCIA, estão descritos no ENCARTE “A” deste TERMO DE REFERÊNCIA.

4.3. Requisitos temporais

- 4.3.1. A CONTRATADA apresentará um plano de manutenção, em até 10 (dez) dias após a assinatura do Contrato, que inclui todas as rotinas de manutenção preventiva e as estratégias a serem adotadas em caso de emergência, no caso de falha dos equipamentos, contendo o cronograma físico das manutenções a ser aprovado pelo CONTRATANTE.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

- 4.3.2. Mensalmente, a CONTRATADA deverá encaminhar confirmação de agendamento das visitas programadas (manutenções preventivas) para viabilização dos serviços de manutenção no Sistema UPS, com, no mínimo, 15 (quinze) dias antes da data prevista para a visita, inclusive estabelecendo os horários compatíveis para sua execução. Esses horários devem contemplar também o período de permanência dos técnicos de manutenção da CONTRATADA nas dependências do CONTRATANTE. Em tempo, deverá ser verificada a agenda de serviços para evitar sobreposição de recursos técnicos em outras frentes de trabalho (manutenções preventivas e corretivas e novas instalações).
- 4.3.3. Após a confirmação do agendamento o CONTRATANTE emitirá uma OS autorizando o serviço. O não comparecimento da CONTRATADA na data prevista, sem justificativa expressa, prévia, ensejará em inexecução parcial do contrato e estará passível das sanções previstas.
- 4.3.4. A prestação dos serviços de manutenção preventiva deverá ser realizada mensalmente, com o acompanhamento de técnico(s) do CONTRATANTE, e por técnicos da CONTRATADA, que efetuarão os procedimentos de manutenção nos equipamentos, conforme detalhado no Encarte A.
- 4.3.5. Sempre que necessário, e às suas expensas, a CONTRATADA deverá prestar serviços de manutenção corretiva de forma a manter os equipamentos plenamente operacionais conforme detalhado no Encarte A, mediante o atendimento de Ordens de Serviço (OS).
- 4.3.6. O suporte deverá estar disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana (24x7), devendo a CONTRATADA indicar telefones para registro dos chamados durante todo o período, sob pena de caracterização de descumprimento contratual e, por conseguinte, sujeita as sanções cabíveis.
- 4.3.7. O atendimento deverá ser realizado na forma on-site em, no máximo, de 2 (duas) horas corridas para chegar ao local de atendimento, após a identificação da falha pelo sistema de monitoramento ou a abertura do chamado pelo CONTRATANTE.
- 4.3.8. O prazo destinado à resolução de problemas é de, no máximo, 4 (quatro) horas corridas a partir da chegada ao local de atendimento, incluindo os casos em que se faça necessária a substituição de componente(s) ou o uso do módulo de redundância.
- 4.3.8.1. Caso a CONTRATADA não possua em estoque a peça para reposição, esta deverá substituir o equipamento danificado, utilizando o módulo sobressalente, dentro do prazo para resolução de problemas, sem custos adicionais para o MEC, conforme itens 4.1.14, 5.2 “u” e 12.3.1.11.2 desse Termo de Referência, até que o componente defeituoso seja substituído e problema seja sanado.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

4.1. Local de execução dos serviços

4.1.1. Os serviços deverão ser prestados nos seguintes locais:

- 4.1.1.1. Ministério da Educação, Bloco L, Ed. Sede, Esplanada dos Ministérios, Brasília-DF;
- 4.1.1.2. Ministério da Educação Anexo II, Esplanada dos Ministérios, Brasília-DF; e
- 4.1.1.3. Conselho Nacional de Educação (CNE), SGAS, Av. L2 Sul, Quadra 607, Lote 50 - 70200-670 - Brasília – DF.

4.1.2. Em caso de mudança dos endereços das instalações descritas no subitem anterior, a CONTRATANTE deverá informar à CONTRATADA previamente para readaptação dos serviços.

4.1.3. A eventual mudança de endereço das instalações (local de execução dos serviços) para um mesmo município ou região circunvizinha não deverá acarretar ônus para a CONTRATANTE.

4.2. Requisitos de segurança da informação

4.2.1. A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

4.2.2. Qualquer equipamento da empresa que venha a ser instalado nas dependências do Ministério da Educação deve ser identificado pelo uso de placas de controle patrimonial, selos de segurança, etc.

4.2.3. A CONTRATADA deverá observar e respeitar, rigorosamente, todas as normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente de Tecnologia da Informação do Ministério da Educação, assim como as suas atualizações.

4.2.4. Deve ser mantido sigilo sobre todos os ativos de informações e de processos do Ministério da Educação e da CONTRATADA que se refiram à CONTRATANTE, conforme TERMO DE COMPROMISSO E MANUTENÇÃO DE SIGILO

4.2.5. A CONTRATADA não poderá divulgar quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto, sem autorização, por escrito, do Ministério da Educação, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

4.2.6. Observância às diretrizes estabelecidas pela Política de Segurança da Informação do Ministério da Educação, e demais normas sobre o assunto, no que couber, dentre elas e não exaustivas.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

4.3. Requisitos de habilidade/competência técnica

- 4.3.1. Caberá à CONTRATADA manter profissionais capacitados a desenvolver as atividades pertinentes para a plena execução do objeto contratual. Sendo-lhe, exigível, no mínimo, profissionais com experiência comprovada, titulação e grau de escolaridade compatível com o nível de serviço a ser desenvolvido.

4.4. Requisitos culturais

- 4.4.1. Toda documentação gerada e disponibilizada, sejam manuais de instalação, de configuração ou atendimentos relacionados ao atendimento de solicitações da objeto em questão, deverá ser apresentada no idioma português;
- 4.4.2. Os documentos deverão ser regularmente atualizados pela CONTRATADA e disponibilizados para a equipe da Coordenação Geral de Infraestrutura e Segurança - CGIS, em formato impresso ou digital sempre quando solicitado.

4.5. Requisitos sociais

- 4.5.1. A CONTRATADA deverá se apresentar em trajes adequados à circulação em órgão e repartições públicas e com identificação através de crachás;
- 4.5.2. O atendimento técnico, quando da abertura dos chamados, deve ser realizado de forma educada e discreta, sempre documentado, em forma de relatório, com descrição de todas as atividades executadas, acompanhado de data e horário de atendimento e identificação dos responsáveis pelos atendimentos.

4.6. Requisitos de responsabilidade empresarial

- 4.6.1. Nos termos do Capítulo V (arts. 41 e 42) do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, é fortemente recomendável que a CONTRATADA desenvolva PROGRAMA DE INTEGRIDADE, que consiste num conjunto de “mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira”.

4.7. Requisitos ambientais

- 4.7.1. A CONTRATADA deverá atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SLTI/MPOG, bem como as disposições do Decreto nº 7.746/2012.
- 4.7.2. A CONTRATADA deverá adotar, no que couber, as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

- 4.7.2.1. Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
 - 4.7.2.2. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;
 - 4.7.2.3. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
 - 4.7.2.4. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
 - 4.7.2.5. Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
 - 4.7.2.6. Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;
 - 4.7.2.7. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
 - 4.7.2.8. Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.
- 4.7.3. Face a importância do tema, deverá a CONTRATADA assinar Declaração de Sustentabilidade Ambiental, conforme Encarte I do presente Termo de Referência.

4.8. Requisitos legais

- 4.8.1. Lei Federal nº 8.078/1990: Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências;
- 4.8.2. Lei Federal nº 8.666/1993: Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
- 4.8.3. Lei Federal nº 10.520/2002: Institui no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

- 4.8.4. Lei Complementar nº 123/2006: Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
- 4.8.5. Decreto nº 3.555/2000: Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;
- 4.8.6. Decreto nº 10.024/2019: Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;
- 4.8.7. Decreto nº 7.746/2012: Estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP;
- 4.8.8. Acórdão 313/2004 – TCU Plenário – Manifestou entendimento de que a Lei nº 10.520/2002 revogou as disposições contrárias a ela contidas no Decreto nº 1.070/1994, onde exigia “técnica e preço” para toda e qualquer licitação para contratação de “bens e serviços”. Também orienta o administrador público a analisar onde a modalidade pregão é aplicável;
- 4.8.9. Acórdão nº 1099/2008 – TCU Plenário – Manifestou entendimento de que, havendo dependência entre os serviços que compõem o objeto licitado, a opção pelo não parcelamento mostra-se adequada, no mínimo do ponto de vista técnico;
- 4.8.10. Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017: Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional; e
- 4.8.11. Instrução Normativa 01/2010: Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

5. RESPONSABILIDADES

5.1. Deveres e responsabilidades do CONTRATANTE

- a) Nomear equipe de fiscalização contratual para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- b) Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência ou Projeto Básico;
- c) Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- d) Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

- e) Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- f) Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução;
- g) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- h) Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas;
- i) Notificar o a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas e irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- j) Efetuar o pagamento à Contratada no valor corresponde ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- k) Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da Contratada, no que couber;
- l) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- m) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- n) Vetar o emprego de qualquer produto que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da Contratada, que possa ser inadequado, nocivo ou danificar seus bens patrimoniais ou ser prejudicial à saúde dos servidores;
- o) Recusar com a devida justificativa qualquer material entregue fora das especificações constantes no Termo de Referência e da proposta do fornecedor;
- p) Acompanhar o cronograma e a entrega do serviço, posicionamento e repasse de ocorrências aos níveis hierárquicos competentes, identificação e tratamento de desvios;
- q) Adotar todas as providências necessárias que viabilizem a realização dos serviços objeto desta contratação;
- r) Responsabilizar-se por danos físicos ou morais ocasionados por imperícia, imprudência, conduta negligente ou dolosa, por sua parte;
- s) Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
 - a) exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

- serviços de recepção e apoio ao usuário;
- b) direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa Contratada;
- c) considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- t) Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.

5.2. Deveres e responsabilidades da CONTRATADA

- a) Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- b) Executar fielmente o objeto contratado, de acordo com as normas legais e as disposições estabelecidas em Termo de Referência, observando sempre a forma e os critérios de qualidade dos serviços a serem prestados;
- c) Comunicar à Administração toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação dos serviços e prestar os esclarecimentos solicitados;
- d) Executar os serviços de acordo com os manuais e recomendações do fabricante do equipamento;
- e) Apresentar um plano de manutenção, em até 10 (dez) dias após a assinatura do Contrato, que inclui todas as rotinas de manutenção preventiva e as estratégias a serem adotadas em caso de emergência, no caso de falha dos equipamentos, contendo o cronograma físico das manutenções a ser aprovado pelo CONTRATANTE;
- f) Responsabilizar-se pelos reparos ou substituições de peças ou equipamentos, danificados intencionalmente ou por negligência, imprudência ou imperícia de seus empregados em decorrência da prestação dos serviços;
- g) Entregar ao CONTRATANTE, relatório técnico de serviços, com a identificação dos técnicos responsáveis pela vistoria;
- h) Acatar todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização por parte do MEC, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo prontamente às reclamações formuladas;
- i) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite de 25% (vinte cinco por cento) do valor do Contrato;
- j) Fornecer aos seus profissionais, e às suas expensas, todos os insumos de uso rotineiro, como detergente, estopa, graxa, entre outros, necessários à execução dos serviços;
- k) Abster-se de fornecer equipamentos reconicionados ou de segunda mão na execução dos serviços, devendo todos os equipamentos serem novos, de primeiro



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

uso, e desembalados pela primeira vez na presença de um servidor designado pelo MEC;

- l) Comunicar ao MEC prévia e expressamente, todo e qualquer desligamento que se fizer necessário nos equipamentos, seja para manutenção preventiva ou corretiva, mesmo que estiver operando como backup, podendo ocorrer somente mediante autorização por escrito pelo técnico do MEC;
- m) Prestar serviços de assistência técnica aos Módulos e Gabinete/Bastidor por meio de manutenção corretiva, sem ônus para o MEC, independentemente da quantidade de visitas necessárias;
- n) Garantir durante toda a vigência do Contrato, a disponibilização e o fornecimento de peças e baterias, que eventualmente, possam apresentar defeitos;
- o) Executar eventuais manutenções corretivas sempre que necessário;
- p) Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do CONTRATANTE;
- q) Refazer os serviços que, a juízo do representante do CONTRATANTE, não forem considerados satisfatórios, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado;
- r) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo negociado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados e insumos fornecidos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado;
- s) Abster-se de transferir, sob nenhum pretexto, quaisquer de suas responsabilidades para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, etc;
- t) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato, bem como manter todas as condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções;
 - a. A Administração poderá conceder um prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação.
- u) Manter nas instalações do MEC durante todo período de vigência do Contrato, 1 (um) **módulo em *stand-by*** do equipamento modular para utilização imediata caso necessário;
- v) Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências do CONTRATANTE;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

- w) Responsabilizar-se pelos serviços, objeto deste Termo de Referência, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos ou terceiros, no exercício de suas atividades vierem a, direta ou indiretamente, causar ou provocar ao CONTRATANTE e a terceiros, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- x) Abster-se de contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE durante a vigência do Contrato;
- y) Abster-se de veicular publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do CONTRATANTE;
- z) Abster-se de subcontratar parcial ou totalmente o objeto deste Termo de Referência;
- aa) Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- bb) Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- cc) Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
- dd) Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- ee) Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução;
- ff) Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução, durante a execução do contrato;
- gg) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- hh) Prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados pela Contratante;
- ii) Emitir fatura (Nota Fiscal) no valor pactuado e condições do Contrato, apresentando-a a Contratante para ateste e pagamento;
- jj) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

- kk) Responsabilizar-se por danos físicos ou morais ocasionados por imperícia, imprudência, conduta negligente ou dolosa, ou por irregularidades na respectiva operação dos recursos e/ou prestação de serviço, por sua parte; e
- ll) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1. Rotinas de execução

6.1.1. Transição inicial do contrato

- 6.1.1.1. A transição inicial do contrato é o momento em que a CONTRATADA assume a responsabilidade, de forma gradual, pelos serviços prestados pela(s) fornecedora(s) anterior(es) de serviços, quando for o caso, preparando-se para o início efetivo da operação.
- 6.1.1.2. Será realizada uma reunião inicial de alinhamento, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato conforme agendamento efetuado pelo GESTOR DO CONTRATO, com o objetivo de identificar as expectativas, nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no CONTRATO, EDITAL e SEUS ANEXOS, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.
- 6.1.1.3. É responsabilidade da CONTRATADA apresentar as informações recebidas durante o repasse para todos os demais integrantes de sua equipe que irão executar os serviços objeto desta licitação.

6.1.2. Transferência ao final do contrato

- 6.1.2.1. Toda a documentação técnica produzida na efetiva execução contratual, além de dados e informações técnicas de serviços / relatórios técnicos, deverá ser entregue ao Gestor do Contrato (CONTRATANTE) até 10 dias antes do término do contrato, ou em até 15 dias após a última atividade prevista de responsabilidade da CONTRATADA quando se tratar de fornecimento de bens.
- 6.1.2.2. Todos os recursos materiais, ou não, de propriedade da CONTRATANTE, utilizados para a execução do objeto, deverão ser restituídos pela CONTRATADA ao término do contrato.
- 6.1.2.3. Todos os perfis de acesso a sistemas e serviços cadastrados a favor dos funcionários da CONTRATADA para fins de execução do objeto, deverão ao término da relação contratual ser revogado pela administração, cabendo ao Gestor do Contrato tomar as medidas necessárias junto a área competente



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

- 6.1.2.4. Todos os perfis de acesso a sistemas e serviços cadastrados a favor dos funcionários da CONTRATADA para fins de execução do objeto, deverão ao término da relação contratual ser revogado pela administração, cabendo ao Gestor do Contrato tomar as medidas necessárias junto a área competente.
- 6.1.2.5. Ao Gestor e Fiscal(s) de Contrato (CONTRATANTE), deverá ser entregue pela CONTRATADA toda a documentação técnica produzida para a efetiva transferência de tecnologia.
- 6.1.2.6. Deverá ser realizada uma reunião de alinhamento final com o objetivo de identificar todo conhecimento adquirido ou desenvolvido, bem como para: a apresentação do relatório da situação de cada uma das Ordens de Serviço, prova da realização da transição contratual com transferência de tecnologia e técnicas empregadas e disponibilização de toda informação produzida e/ou utilizada para a execução dos serviços contratados, a serem disponibilizadas ao CONTRATANTE ou empresa por ela designada.
- 6.1.2.7. O fato de a CONTRATADA ou seus representantes não cooperarem ou reterem qualquer informação ou dado solicitado pela CONTRATANTE, que venha a prejudicar, de alguma forma, o andamento da transição das tarefas e serviços para um novo prestador, constituirá quebra de CONTRATO, sujeitando-a as obrigações em relação a todos os danos causados à CONTRATANTE, conforme estipulado nas Sanções Administrativas aplicáveis.
- 6.1.2.8. Durante o tempo requerido para executar a “Transferência ao Final do Contrato”, a CONTRATADA deve responsabilizar-se pelo esforço adicional que necessite dedicar à tarefa de completar a transição, sem ônus para a CONTRATANTE.
- 6.1.2.9. Por esforço adicional entende-se o treinamento nas tarefas, pesquisas, transferência de conhecimento, entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE e/ou empresa por ele designada, documentação ou qualquer outro esforço vinculado à tarefa de transição.

6.1.3. Transferência de Tecnologia:

- 6.1.3.1. Ao término do contrato, seja por decurso de vigência ou por rescisão antecipada, a CONTRATADA fica obrigada a promover a transição contratual com transferência de tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, capacitando, se solicitado, os técnicos da CONTRATANTE ou os da nova pessoa jurídica que continuará a execução dos serviços (se for o caso).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

- 6.1.3.2. A transferência do conhecimento produzido durante a execução do contrato será implementada através do relacionamento interpessoal entre os servidores da CONTRATANTE e os profissionais da contratada, e pelo registro e compartilhamento de informações e documentos no repositório do software utilizado pela CONTRATANTE para o controle de versões.

6.1.4. Papéis e Responsabilidades

6.1.4.1. *Gestor do Contrato:*

- 6.1.4.1.1. Servidor com atribuições gerenciais, designado para coordenar e comandar o processo de gestão e fiscalização da execução contratual, indicado por autoridade competente. É responsável pelo encaminhamento de indicação de glosas e sanções, autorização para emissão de nota(s) fiscal(is) a ser(em) encaminhada(s) ao preposto da contratada; encaminhamento à Área Administrativa de eventuais pedidos de modificação contratual e demais atribuições relacionadas no âmbito gerencial.

6.1.4.2. *Fiscal Requisitante do Contrato:*

- 6.1.4.2.1. Servidor representante da Área Requisitante da Solução, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o contrato do ponto de vista funcional da Solução. É responsável pela confecção e assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, junto ao Gestor do contrato, para fins de encaminhamento para pagamento e demais atribuições relativas à fiscalização contratual, no seu âmbito de atuação.

6.1.4.3. *Fiscal Técnico do Contrato:*

- 6.1.4.3.1. Servidor representante da Área de Tecnologia da Informação, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar tecnicamente o contrato. É responsável pela confecção e assinatura do Termo de Recebimento Provisório, quando da entrega do objeto resultante de cada Ordem de Serviço, encaminhamento das demandas de correção à fiscalização contratual, no seu âmbito de atuação.

6.1.4.4. *Fiscal Administrativo do Contrato:*

- 6.1.4.4.1. Servidor representante da Área Administrativa, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos administrativos. É responsável pela



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

verificação de aderência aos termos contratuais e verificação das regularidades fiscais, trabalhistas e previdenciárias para fins de pagamento e demais atribuições no âmbito administrativo.

6.1.4.5. Preposto:

- 6.1.4.5.1. Será o responsável administrativo com poderes de representante legal para tratar de todos os assuntos relacionados ao contrato, atuando à luz dos normativos vigentes, e em atenção aos arts. 68 da Lei nº. 8.666/93 e art. 4º do Decreto nº 2.271/97.
- 6.1.4.5.2. O representante legal da contratada deverá apresentar o preposto na reunião inicial convocada pelo Gestor do Contrato.

6.2. Mecanismos formais de comunicação

Tipo	Função	Emissor	Destinatário	Periodicidade
Ofício	Ofícios elaborados, por demanda, pela CONTRATANTE para avisar à CONTRATADA, ou vice-versa, de alguma mudança como endereços, telefone de contato ou qualquer informação importante referente aos aspectos legais ou administrativos.	Contratante/Contratada	Contratante/Contratada	Sempre que necessário
E-mail	E-mails elaborados, por demanda, pela	Contratante/Contratada	Contratante/Contratada	Sempre que necessário



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

	CONTRATANTE para avisar à CONTRATADA, ou vice-versa, de qualquer informação importante referente aos aspectos técnicos ou operacionais.			
Ordem de Serviço	Ordem de Serviço elaborada caso necessário, por demanda, pela CONTRATANTE e encaminhada via sistema eletrônico, ou por outro meio devidamente acertado na Reunião Inicial, com a função de demandar serviços vinculados ao objeto deste TERMO DE REFERÊNCIA	Contratante	Contratada	Sempre que necessário.
Relatório de Prestação dos Serviços	Atestar as condições em que os serviços foram prestados.	Contratada	Contratante	Mensal A CONTRATADA terá até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

				primeiro dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços para aferição e envio.
Termo de Recebimento Provisório	Recebimento Provisório dos Serviços	Contratante	Contratada	Mensal
Termo de Recebimento Definitivo	Recebimento definitivo dos serviços	Contratante	Contratada	Mensal

6.3. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

- 6.3.1. A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.
- 6.3.2. O TERMO DE COMPROMISSO E MANUTENÇÃO DE SIGILO, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da Contratada encontram-se no ENCARTE H deste TERMO DE REFERÊNCIA.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. Critério de Aceitação

- 7.1.1. Com fundamento nos artigos 69, 73 e 76 da Lei nº 8.666/93:

7.1.1.1. Para o Item 1:

- a) Mensalmente, os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

proposta, devendo ser elaborado relatório circunstanciado, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

- b) Os serviços (Manutenção Preventiva, Corretiva, Monitoramento, Testes e Assistência Técnica com Fornecimento de Peças) poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal técnico do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- c) Para efeito de recebimento provisório, o fiscal técnico do contrato irá apurar a qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato (item 4 do ANEXO VIII-A da IN nº 05/2017).
- d) Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após verificação da qualidade, da conformidade com as especificações contidas na proposta apresentada e/ou neste Termo De Referência e seus Anexos e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- e) Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- f) Finda a etapa de recebimento será lavrado o Termo de Recebimento Definitivo.
- g) O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo gestor do contrato.
- h) O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

- i) O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Acordo de Nível de Serviço (ANS) ou instrumento substituto.
- j) O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato

7.1.1.2. Para o Item 2:

- k) Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser elaborado relatório circunstanciado, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- l) Os serviços (fornecimento/reposição de baterias para o sistema de energia ininterrupta) poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal técnico do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- m) Para efeito de recebimento provisório, o fiscal técnico do contrato irá apurar a qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato (item 4 do ANEXO VIII-A da IN nº 05/2017).
- n) Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após verificação da qualidade, da conformidade com as



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

especificações contidas na proposta apresentada e/ou neste Termo De Referência e seus Anexos e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

- o) Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
 - p) Finda a etapa de recebimento será lavrado o Termo de Recebimento Definitivo.
 - q) O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo gestor do contrato.
 - r) O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.
 - s) O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Acordo de Nível de Serviço (ANS) ou instrumento substituto.
 - t) O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato
- 7.1.2. Os trabalhos serão acompanhados e auditados por profissionais da CONTRATANTE, que se certificarão do atendimento dos objetivos definidos e a conformidade com as normas e melhores práticas pertinentes.
- 7.1.3. Os serviços contratados deverão obedecer aos níveis mínimos de serviços especificados na Metodologia de Avaliação, conforme disposto no subitem 7.3.
- 7.1.4. A CONTRATADA deverá observar os prazos estabelecidos nos Níveis Mínimos de Serviços. Caso esse prazo já tenha sido extrapolado, a CONTRATADA sujeitar-se-á às penalidades previstas contratualmente.
- 7.1.5. A entrega do serviço, pela CONTRATADA, e o recebimento, pela CONTRATANTE, não implica em sua aceitação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

- 7.1.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do fornecimento, nem a ético-profissional pela perfeita execução do Contrato, dentro dos limites estabelecidos em Lei.

7.2. Procedimentos de teste e inspeção

7.2.1. Fiscalização

- 7.2.1.1. Independente dos sistemas de acompanhamento e supervisão exercidos diretamente pela CONTRATADA para os níveis de atendimento dos serviços contratados, a CONTRATANTE, por meio da Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação – STIC (ou unidade equivalente), exercerá supervisão e acompanhamento técnico da execução do contrato e dos serviços prestados, utilizando servidor(es) designado(s) para este fim.
- 7.2.1.2. Entre as diversas funções de acompanhamento e supervisão a serem exercidas pela CONTRATANTE, destacam-se: avaliação da qualidade dos serviços realizados e aceite dos serviços prestados.
- 7.2.1.3. Caberá aos Fiscais do Contrato, dentre outras atribuições:
- 7.2.1.3.1. Confeccionar e assinar o Termo de Aceite Provisório/Definitivo;
 - 7.2.1.3.2. Avaliar a qualidade dos bens entregues;
 - 7.2.1.3.3. Determinar providências necessárias ao regular e efetivo cumprimento contratual;
 - 7.2.1.3.4. Verificar as regularidades fiscais, trabalhistas e previdenciárias para fins de pagamento, a cargo do Fiscal Administrativo do Contrato.
- 7.2.1.4. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.
- 7.2.1.5. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas e vícios redibitórios.
- 7.2.1.6. A CONTRATADA será a única e exclusiva responsável pela prestação dos serviços, sendo ao CONTRATANTE reservado o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização contratual, mediante servidores designados para este fim.
- 7.2.1.7. A Administração, devidamente representada na forma legal, poderá rejeitar no todo ou em parte o objeto contratado, sem ônus para a CONTRATANTE, se entregue ou executado em desacordo com as



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

especificações estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos, bem como em Contrato e na Proposta Comercial.

- 7.2.1.8. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste TERMO DE REFERÊNCIA e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 7.2.1.9. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII (Da Fiscalização Técnica e Administrativa) da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
- 7.2.1.10. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização da CONTRATANTE, não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade na execução do contrato.

7.2.2. Inspecção técnica

- 7.2.2.1. A critério do CONTRATANTE, a avaliação da qualidade dos serviços prestados, poderá ser feita no próprio local, por uma equipe técnica designada pelo MEC, acompanhada da equipe técnica da CONTRATADA, através da verificação das condições do ambiente, isto é, de todos os componentes dos bancos de baterias e das disposições das baterias, dos UPS e do ambiente físico onde está instalado o Sistema UPS. Poderá também:
 - 7.2.2.1.1. Realizar medição elétrica e térmica, por amostragem, de 5 (cinco) baterias, no mínimo, por banco, com o intuito de avaliar os dados coletados pela equipe de manutenção.
 - 7.2.2.1.2. Caso alguma bateria já tenha sido referenciada por problemas técnicos, avaliar, obrigatoriamente, a mesma com os mesmos procedimentos utilizados anteriormente.
 - 7.2.2.1.3. Realizar medição elétrica e térmica, por amostragem, de 1 (uma) seccionadora dos bancos, com o intuito de avaliar os dados coletados pela 1ª equipe.
 - 7.2.2.1.4. Realizar a medição das unidades elétricas e térmicas por amostragem em uma única fase (R ou S ou T) a Tensão (V), Corrente (I), Potência Ativa (kW), Potência Reativa (kVAr) e Temperatura (°C), tanto da entrada do retificador como da saída do inversor.
 - 7.2.2.1.5. Verificar a leitura no painel de controle (*display*) do UPS comparando com as medidas coletadas de Autonomia de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Baterias, Frequência de Saída, Frequência de Bypass, Tensão das Baterias, Corrente de Carga das Baterias, Corrente de Descarga das Baterias, Tensão de Entrada do Retificador, Tensão de Entrada do Bypass, Tensão de Saída do Inversor, Corrente de Saída do Inversor, Potência Ativa, Potência Reativa, Potência Aparente e Potência de Saída em % e Capacidade de Bateria em %.

- 7.2.2.2. Todos os valores coletados deverão ser comparados aos anotados nos formulários técnicos. Havendo divergências entre o relatório apresentado e os dados coletados na avaliação de qualidade, poderá ser caracterizado descumprimento das obrigações assumidas, ensejando as sanções cabíveis.
- 7.2.2.3. À CONTRATADA caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento provisório dos serviços, submetendo a etapa impugnada a nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução do saneamento necessário, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 7.2.2.4. O MEC não se responsabilizará pela guarda, armazenamento e danos causados a bens rejeitados, sendo que os custos da substituição do bem rejeitado correrão exclusivamente às expensas da CONTRATADA.

7.2.3. Metodologia de avaliação

- 7.2.3.1. Os serviços serão executados na forma indireta, no regime de empreitada por preço unitário.
- 7.2.3.2. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos estabelecidos, conforme Instrumento de Medição de Resultado (IMR), detalhado no ENCARTE J, conforme disposto no Capítulo V da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 7.2.3.3. Os critérios de medição compreenderão a mensuração dos seguintes aspectos:
 - a) Indicador 1 – Uso de EPI's e uniformes;
 - b) Indicador 2 – Tempo de reposta às solicitações do contratante;
 - c) Indicador 3 – Atraso na entrega de relatórios;
 - d) Indicador 4 – Falta de materiais previstos em contrato;
 - e) Indicador 5 – Qualidade dos serviços prestados.
- 7.2.3.4. A critério do CONTRATANTE, a avaliação da qualidade dos serviços prestados, poderá ser feita no próprio local, por uma equipe técnica designada pelo MEC, acompanhada da equipe técnica da CONTRATADA,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

através da verificação das condições do ambiente, isto é, de todos os componentes dos bancos de baterias e das disposições das baterias, dos UPS e do ambiente físico onde está instalado o Sistema UPS. Poderá também:

- 7.2.3.4.1. Realizar medição elétrica e térmica, por amostragem, de 5 (cinco) baterias, no mínimo, por banco, com o intuito de avaliar os dados coletados pela equipe de manutenção.

7.3. Níveis mínimos de serviço exigidos

7.3.1. De acordo com o estipulado nos subitens:

- a) 7.2.3.2; e
- b) 7.4.2.7.

7.4. Sanções administrativas e procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

7.4.1. Com fundamento na Portaria nº 120/2016, do Ministério da Educação, no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas no Termo/Contrato e demais cominações legais a(s) Contratada (s) que:

- 7.4.1.1. Apresentar documentação falsa;
- 7.4.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 7.4.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 7.4.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida no edital;
- 7.4.1.5. Não mantiver a proposta e não assinar o contrato;
- 7.4.1.6. Comportar-se de modo inidôneo;
- 7.4.1.7. Fizer declaração falsa;
- 7.4.1.8. Cometer fraude fiscal;
- 7.4.1.9. Ou incorrer em qualquer prática vedada pela Portaria MEC nº 120/2016.

7.4.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

7.4.3. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo artigo, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar a partir da notificação da empresa.

7.4.4. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

- 7.4.5. Sem prejuízo das sanções previstas no item anterior, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a Contratada ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às penalidades previstas no artigo 5º a 7º da Portaria nº 120/2016. Abaixo destaca-se as possíveis aplicações:
- 7.4.6. Advertência.
- 7.4.7. Multa de:
- 7.4.7.1. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde até trinta dias de atraso;
 - 7.4.7.2. 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar trinta dias;
 - 7.4.7.3. 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo de demais sanções;
 - 7.4.7.4. 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente e/ou entrega da garantia contratual, dentro do prazo estabelecido pela administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;
 - 7.4.7.5. 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pela inexecução total do contrato.
- 7.4.8. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o MEC, pelo prazo de até 2 (dois) anos.
- 7.4.9. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

- 7.4.10. No caso de ocorrência concomitante das multas previstas nos itens 7.4.7.1 e 7.4.7.2 com as da alínea 7.4.7.3, o percentual aplicado não poderá ultrapassar a 7% (sete por cento) do Contrato.
- 7.4.11. A Multa de Mora será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993, e será executada após regular processo administrativo, consoante o art. 7º, observada a seguinte ordem:
- 7.4.11.1. Mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;
 - 7.4.11.2. Mediante desconto no valor das parcelas devidas à Contratada;
 - 7.4.11.3. Mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.
- 7.4.12. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à Contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.
- 7.4.13. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.
- 7.4.14. As sanções de advertência, suspensão temporária do direito de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-as do pagamento a ser efetuado.
- 7.4.15. Nos casos de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia e/ou prazo recursal, a Contratante poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final. Caso a defesa prévia e/ou recurso seja aceito, ou aceito parcialmente, pela Contratante, o valor retido correspondente será depositado em favor da Contratada, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final.
- 7.4.16. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo com rito estabelecido na Portaria nº 120/2016, observando-se as regras previstas na Lei nº 8.666, de 1993 e subsidiariamente na Lei 9.784, de 1999.
- 7.4.17. Caso a CONTRATADA descumpra quaisquer condições deste Termo de Referência/Contrato poderá o CONTRATANTE aplicar multa de 1% (um por cento) do valor mensal da fatura por dia e por ocorrência a título de glosa em quaisquer faturas posteriores ao ocorrido resguardado o direito da ampla defesa e do contraditório.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

- 7.4.18. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 7.4.19. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 7.4.20. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 7.4.21. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 7.4.22. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.5. Do Pagamento

- 7.5.1. O pagamento será efetuado pela Contratante em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 7.5.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.
- 7.5.2.1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser remetida por meio eletrônico ao endereço de e-mail informado no Termo de Recebimento Definitivo.
- 7.5.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 7.5.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 7.5.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

- 7.5.4.1. o prazo de validade;
 - 7.5.4.2. a data da emissão;
 - 7.5.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 7.5.4.4. o período de prestação dos serviços;
 - 7.5.4.5. o valor a pagar; e
 - 7.5.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.5.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 7.5.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 7.5.6.1. não produziu os resultados acordados;
 - 7.5.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
 - 7.5.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.5.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.5.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 7.5.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 7.5.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

- 7.5.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.5.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 7.5.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 7.5.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 7.5.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 7.5.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 7.5.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

7.6. Garantias Contratuais

- 7.6.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

- (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.
- 7.6.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
- 7.6.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 7.6.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.
- 7.6.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 7.6.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 7.6.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 7.6.4.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 7.6.4.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 7.6.4.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 7.6.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 7.6.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 7.6.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 7.6.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

- 7.6.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 7.6.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 7.6.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 7.6.12. Será considerada extinta a garantia:
- 7.6.12.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
 - 7.6.12.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.
- 7.6.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 7.6.14. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

8. ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

- 8.1. Será considerado como valor estimado para esta contratação o valor total apurado em pesquisa de mercado própria e específica para os serviços descritos neste Termo de Referência e a ele anexada.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

9.1. Adequação Orçamentária

- 9.1.1. A despesa decorrente da contratação dos serviços, objeto deste Termo de Referência, correrá a conta dos recursos específicos consignados ao MEC no Orçamento Geral da União para o exercício de 2020, Elemento de Despesa 33.90.39, - Serviço de Terceiros/Pessoa Jurídica, subelemento 17, que constarão da respectiva Nota de Empenho.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

9.1.2. A contratação para os exercícios subsequentes estará submetida à dotação orçamentária própria prevista para atendimento a presente finalidade, a ser consignada ao Órgão na Lei Orçamentária da União.

9.2. Cronograma Físico-Financeiro

9.2.1. Trata-se de fornecimento de a prestação de Serviços de Manutenção Preventiva, Corretiva, Monitoramento, Testes e Assistência Técnica com Fornecimento de Peças e Baterias, genuinamente originais, ao Sistema de Equipamentos de Energia Ininterrupta - *Nobreaks*.

9.2.2. A aceitação e o pagamento do serviço contratado será como aposto nos subitens 7.1, 7.2 e 7.5 deste Termo de Referência, sendo sintetizados nas seguintes tabelas:

ID	Entrega/Etapa	Prazo	Responsável	Valor Pago pela Contratante
1	Prestação do serviço	Conforme definido em Ordem de Serviço (mensal para o item 1, ou por demanda para o item 2)	Contratada	N/A
2	Aceite provisório	Até 5 (cinco) dias, após a CONTRATADA apresentar o Relatório Mensal de Serviços	Contratante	N/A
3	Aceite final	Até 30 (trinta) dias após a emissão do Termo de Recebimento Provisório, sendo verificada a qualidade e quantidade da solução.	Contratante	N/A
4	Pagamento da solução	Até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.	Contratante	Item 1: Valor integral (mensal) do item licitado, solicitado na Ordem de Serviço Anual, abatido de eventuais glosas e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

				multas, conforme Níveis de Serviço estabelecidos. Item 2: Valor integral do item licitado, multiplicado pela quantidade de baterias fornecidas no mês.
--	--	--	--	---

10. DA VIGÊNCIA E PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

- 10.1. A licitante vencedora será convocada pelo Órgão para assinar o Contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados de sua convocação.
- 10.2. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta “on-line” ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.
- 10.2.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
- 10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.
- 10.4. O prazo previsto para assinatura ou aceite poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 10.5. O contrato vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, limitado até 60 (sessenta) meses, após verificação da real necessidade e com vantagens à Administração Pública, desde que haja preços e condições mais vantajosas para a Administração, nos termos do Inciso II, Art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.6. A recusa injustificada da referida licitante em assinar o Contrato no prazo acima estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação, sujeitando-se às sanções legalmente cabíveis.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

11. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS SERVIÇOS

- 11.1. O reequilíbrio econômico do contrato poderá ser efetuado por meio de reajuste de preços, conforme previsto no inc. III do art. 55 c/c o art. 2º e 3º da lei 8666/93.
- 11.2. A forma e os critérios para o reequilíbrio estão descritos a seguir:

11.2.1. Reequilíbrio por meio de reajuste de preços:

- 11.2.1.1. Dar-se-á por meio da aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), acumulado nos últimos doze meses contados a partir da data de emissão da proposta comercial.
- 11.2.1.2. Haja vista que a apuração do IPCA é realizada mensalmente pelo IBGE, o que inviabiliza a sua ponderação em proporção diária, a referência do cálculo considerará meses completos a partir do mês da data base.
- 11.2.1.3. A data base para cálculo do índice da primeira correção monetária será o mês de emissão da proposta comercial, considerando-se esta data a do orçamento da proposta e tomando-se como base a seguinte fórmula:

$$I_r = (I_1 - I_0) / I_0$$

$$R = V_0 \times I_r \quad V_1 = V_0 + R$$

Considerando:

I_0 - índice correspondente à data base da proposta (mês de emissão da proposta comercial);

I_1 - índice correspondente à data para qual se deseja reajustar o valor (aniversário de 12 (doze) meses a partir da emissão da proposta comercial);

I_r - índice de reajustamento;

R - valor do reajustamento procurado;

V_0 - preço original da proposta, na data base (valor a ser reajustado);

V_1 - preço final já reajustado.

OBS¹: Tendo em vista a utilização do IPCA, os valores de " I_0 " e de " I_1 " podem ser consultados no sítio do IBGE localizado no seguinte endereço eletrônico:
https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaultseriesHist.shtm

- 11.2.1.4. Os efeitos do reajuste serão considerados a partir da data limite para apresentação da proposta e a aplicação dos demais reajustes



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

respeitarão o intervalo mínimo de 12 (doze) meses entre suas aplicações (art. 2º e 3º da lei 10.192/2001).

11.2.1.5. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

11.2.1.5.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

11.2.1.5.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

12. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1. Regime, Tipo e Modalidade da Licitação

12.1.1. Caracterização da solução e regime

12.1.1.1. O objeto da contratação enquadra-se na categoria de serviços comuns de caráter continuado, de que trata a Lei nº 10.520/02 e o Decreto nº 10.024/2019, possuindo especificações usuais de mercado, nos termos dos referidos diplomas legais e conforme o Acórdão 2.471/2008 – TCU - Plenário.

12.1.1.2. O regime da execução dos contratos é de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, uma vez que permite o pagamento apenas pelos serviços efetivamente executados.

12.1.2. Tipo e Modalidade de licitação

12.1.2.1. A contratação do objeto dar-se-á por meio de PREGÃO ELETRÔNICO do TIPO MENOR PREÇO POR GRUPO, respeitados os requisitos e especificações constantes neste TERMO DE REFERÊNCIA.

12.1.3. Críticos de aceitabilidade de preços unitários

12.1.3.1. Serão consideradas propostas com indícios de inexecutabilidade aquelas cujo valor unitário apresentado seja inferior a 70% (setenta por cento) do menor entre os seguintes valores:

- a) Preço orçado pela CONTRATANTE;
- b) Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% do preço orçado pela CONTRATANTE.

12.1.3.2. Caso a proposta de menor preço apresente indício de inexecutabilidade de acordo com o critério acima, será facultado à licitante comprovar a executabilidade de sua proposta. Após análise da comprovação oferecida, e permanecendo dúvidas quanto à executabilidade da proposta, a CONTRATANTE poderá promover diligência para aferir a legalidade e executabilidade da proposta. Caso a licitante não apresente



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

a comprovação de exequibilidade, ou o resultado da diligência indique incapacidade de execução, a proposta correspondente será desclassificada do certame.

12.2. Justificativa para não aceitação de empresas constituídas em consórcio e cooperativas

12.2.1. Não será permitida a participação de empresas que estiverem reunidas em consórcio, assim como não será permitida a participação de cooperativas, qualquer que seja sua forma de constituição, dadas as características específicas da contratação dos produtos a serem fornecidos, uma vez que, dadas as características específicas da contratação, que não pressupõem multiplicidade de atividades empresariais distintas (heterogeneidade de atividades empresariais). Com vistas a subsidiar o entendimento a respeito da participação de consórcios em licitações públicas, transcrevemos, abaixo, comentário do Professor Marçal Justen Filho sobre o assunto:

...A complexidade dos objetos licitados determina a natureza do consórcio. Usualmente, há consórcios heterogêneos quando a execução do objeto pressupõe multiplicidade de atividades empresariais distintas. Isso se passa especialmente no tocante a concessões de serviço público. Nesses casos, a ausência de permissão de consórcios produziria enormes dificuldades para participação no certame. Configura-se hipótese em que admitir participação de consórcios é imprescindível, sob pena de inviabilizar a competição. (Justen Filho, Marçal, Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 11ª ed. São Paulo: Dialética, 2005. p. 360).

12.2.2. Desta forma, resta claro que a participação de consórcios em certames licitatórios somente se torna “obrigatória” quando o objeto a ser licitado pressuponha heterogeneidade de atividades empresariais, sendo que, sua não inclusão, resultaria em restrição da competitividade. Assim, a Administração Pública ao vedar a participação de consórcio procura manter a unidade do sistema, eis que o Termo de Referência, da forma como foi concebido demonstra a existência de uma unidade conceitual que perpassa todo o projeto. Tal integração de conceitos se verifica não só entre suas etapas, como também nos serviços previstos em cada etapa. Isto porque



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

cada serviço solicitado representa uma preparação para que o serviço subsequente possa ser compreendido e elaborado. Vale dizer que somente a empresa que estiver envolvida e for responsável pela totalidade do objeto será conhecedora, de forma suficiente, de todas as questões pertinentes, estando apta a apresentar os serviços de forma encadeada. A opção pela participação ou não de empresas em consórcios encontra-se na esfera da discricionariedade administrativa, a qual contempla o exame da conveniência e oportunidade do ato administrativo. Se o ato é vinculado, é porque o legislador pré-estabeleceu o que não ocorreu no caso presente. No caso em questão, a lei não estabelece disposição expressa exigindo a admissão de consórcios, mas deixa ao administrador a possibilidade de verificar as hipóteses em que este seria admissível, o que se depreende do art. 33, caput, da Lei nº. 8.666/93: “Quando permitida na licitação a participação de empresas em consórcio (...)”.

12.3. Critérios de qualificação técnica para a habilitação

12.3.1. Proposta técnica

12.3.1.1. A proposta deverá ser apresentada contendo no mínimo:

- 12.3.1.1.1. Especificação clara e completa do objeto oferecido, obedecida preferencialmente a mesma ordem constante no Termo de Referência, devendo conter o detalhamento de todas as características dos serviços ofertados, assim como a especificação da garantia dos serviços e dos prazos de execução.
- 12.3.1.1.2. PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS que contenha as especificações detalhadas, conforme modelo disponibilizado como um dos anexos deste Termo de Referência, em moeda corrente nacional, expresso em algarismos e por extenso nos valores unitários e totais do equipamento e/ou serviços ofertados.
- 12.3.1.1.3. Prazo de validade mínima da proposta que deverá ser de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 12.3.1.1.4. Declaração expressa de que os preços contidos na proposta incluem todos os tributos, inclusive contribuições fiscais e parafiscais, mão-de-obra (encargos sociais e trabalhistas, etc.), ferramentas, acessórios, instalações, utensílios, transporte, acondicionamento, e quaisquer outros custos que poderão advir até o integral



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

cumprimento do Contrato, nada sendo lícito pleitear ao CONTRATANTE posteriormente a esse título

- 12.3.1.1.5. A razão social, o CNPJ, colocando o número do Edital do Pregão, dia e hora de abertura, endereço completo, o número do telefone, fax e e-mail, bem como, o número de sua conta corrente, o nome do Banco e a respectiva Agência onde deseja receber seus créditos, não sendo fator de desclassificação o descumprimento deste item.
- 12.3.1.1.6. Apresentar quaisquer outras informações afins que julgar necessárias ou convenientes, não sendo fator de desclassificação o descumprimento deste item.
- 12.3.1.1.7. As empresas licitantes deverão apresentar, juntamente com a Proposta de Preços, o Atestado de Vistoria devidamente preenchido e assinado pela CGSS, afirmando que a licitante visitou as dependências da CONTRATANTE, onde serão prestados os serviços, tomando conhecimento de todos os aspectos que possam influir direta ou indiretamente na execução dos mesmos.
 - a) Na eventualidade da não realização da vistoria, o Atestado de Vistoria pode ser substituído por declaração em que o licitante expresse possuir pleno conhecimento do objeto licitado.
- 12.3.1.2. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta enviada de acordo com o modelo do ENCARTE C do presente Termo de Referência, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, para efeito de comprovação de sua exequibilidade.
- 12.3.1.3. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências do presente Termo de Referência e as do respectivo Edital/Contrato, ou que sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis.
- 12.3.1.4. Não serão aceitos preços irrisórios ou inexecuíveis, cabendo à Contratante a faculdade de promover verificações ou diligências necessárias, objetivando comprovar a regularidade da cotação ofertada.
- 12.3.1.5. Se todas as propostas forem desclassificadas ou todas as licitantes inabilitadas, a Contratante poderá fixar prazo, nos termos do art. 48, §3º da Lei nº 8.666/93, para apresentação de nova proposta ou nova documentação, isenta das causas da desclassificação ou inabilitação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

- 12.3.1.6. As quantidades estimadas de cada elemento estão no modelo da planilha de preços, no ENCARTE C.
- 12.3.1.7. A proposta de preço ajustada ao valor do lance vencedor ou negociado, deve ser apresentada pela empresa Licitante, seguindo o formato definido no ENCARTE C.
- 12.3.1.8. O valor total da proposta deve ser igual ou inferior ao valor do lance vencedor ou negociado;
- 12.3.1.9. Os valores dos itens componentes da proposta devem ser ajustados de tal forma que não sejam superiores ao valor total geral.
- 12.3.1.10. A licitante deverá, na forma expressa do sistema eletrônico, consignar o valor unitário e global do bem/serviço, assim como a descrição do produto/serviço, indicando todas as referências que claramente o identifiquem para efeito de conferência, observado modelo de Planilha de Formação de Preços constante deste Termo.
- 12.3.1.11. Apresentar junto à proposta declarações, datadas e assinadas por seu representante legal, de que, caso se sagre vencedora do certame, no momento da assinatura do contrato, disporá e manterá:
 - 12.3.1.11.1. Em seu quadro de funcionários, engenheiros e técnicos devidamente qualificados/treinados para execução dos serviços, objeto do presente Termo de Referência, com as seguintes certificações ou equivalentes:
 - a) No mínimo 02 (dois) técnicos profissionais capacitados e certificados na linha de produtos existentes no sistema UPS do MEC, conforme descritos no Encarte A;
 - a. Caso o fabricante não possua certificação específica para a linha de produtos serão aceitos profissionais comprovadamente capacitados e aprovados em treinamento formal do fabricante.
 - 12.3.1.11.2. Nas instalações do MEC, em até 15 (quinze) dias após a assinatura do Contrato e durante todo o período de vigência do Contrato, **1 (um) módulo de 100 kVA**, com as mesmas características dos equipamentos existentes no MEC (tecnologia modular Modelo: **ConceptPower 100 kVA, fabricante: NEWAVE**), em *stand-by* (armazenado para uso), em perfeito estado de conservação, do



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

equipamento modular para utilização imediata caso necessário.

12.3.1.12. Apresentar declaração comprovando que a empresa possui, em seu quadro de responsável(eis) técnico(s), até a data do recebimento da proposta, profissional(is) de nível superior graduado(s) na seguinte especialidade: Engenharia Elétrica – modalidade eletrotécnica/eletrônica ou outra formação equivalente, devidamente reconhecida(s) pelo CREA/CONFEA, detentor(es) atestado(s), certidão(ões), declaração(ões) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a responsabilidade técnica para os serviços de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta licitação, acompanhada da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, emitida pelo CREA.

12.3.1.12.1. O vínculo de emprego deverá ser comprovado mediante:

a) Apresentação de Carteira de Trabalho (CTPS) e/ou GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social), comprovando o vínculo empregatício do profissional, na empresa licitante na data da licitação, ou; contrato de prestação de serviços, ou; apresentação do contrato social ou outro documento legal, devidamente registrado na Junta Comercial, no caso de ser sócio proprietário da empresa licitante, ou; apresentação de Registro do Profissional junto ao CREA da Empresa, ou; declaração de contratação futura do profissional, com a anuência deste.

12.3.1.13. Apresentar junto à proposta a Declaração de Sustentabilidade constante do ENCARTE I sob pena de desclassificação.

12.3.1.14. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do licitante, de todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

12.3.2. Habilitação

12.3.2.1. A licitante confirmará a qualificação técnica, nos termos do Art. 30, § 1º, da Lei 8.666/93, desde que comprove aptidão pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto licitado, por meio da apresentação dos seguintes documentos:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

12.3.2.1.1. Atestado(s) de Capacidade Técnica (ACT) em nome da licitante, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove fornecimento compatível com a solução constante deste Termo de Referência, conforme características e prazos exigidos, e de modo a atender aos seguintes requisitos:

- a) Apresentar explicitamente a identificação da organização que está fornecendo o atestado, o responsável pelo setor encarregado do objeto em questão, o número dos contatos para realização de diligência e a especificação do objeto executado ou em execução.
- b) Apresentação de, pelo menos 01 (um), Atestado(s) de Capacidade Técnica em nome da licitante, a ser(em) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em documento timbrado e que comprove(m), a capacidade da licitante, na execução de serviços de manutenção preventiva, corretiva (incluindo peças, componentes e baterias) e instalação de sistema de equipamentos Nobreak Modular, com potência nominal de no mínimo 500 kVA. Para este item será aceito somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante de, no mínimo, ao menos um sendo de 300 kVA.
 - a. Esta exigência se faz necessária no intuito de verificar a experiência e a habilidade técnica da Licitante na execução do objeto a ser licitado.

12.3.2.2. A Contratante tem por princípio crer na veracidade das informações prestadas pelas licitantes, entretanto, as licitantes estão cientes das punições legais e cabíveis no caso de informações que não condizem com a realidade técnica, em que a Contratante, através de servidores designados para este fim, se reserva o direito de promover diligência/visita técnica, a fim de se comprovar a veracidade do(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentado(s) pela Licitante, quando, poderá ser requerida cópia do(s) contrato(s), nota(s) fiscal(is)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

ou qualquer outro documento que comprove inequivocadamente que o serviço apresentado no(s) atestado(s) foi(ram) prestado(s).

- 12.3.2.3. Conforme descrito, o(s) atestado(s) apresentado(s) pela licitante para comprovação de sua qualificação técnica, além de possuir informações técnicas e operacionais suficientes para qualificar o escopo realizado, deverá conter dados que possibilitem a CONTRATANTE, por intermédio de seu Pregoeiro, caso julgue necessário, confirmar sua veracidade junto ao cedente emissor, como por exemplo: número e período de vigência do contrato, especificação do serviço executado, nome, cargo e telefone institucional para contato junto ao emitente.
- 12.3.2.4. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior (fornecimento de bens).
- 12.3.2.5. No caso de atestados emitidos por empresas privadas, não serão aceitos aqueles emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da empresa proponente.
- 12.3.2.6. Serão considerados como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, empresas controladas ou controladoras da proponente, ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa emitente e da empresa proponente.
- 12.3.2.7. Os documentos necessários poderão ser apresentados em original ou cópia autenticada por cartório competente, ou, ainda, por meio de publicação em órgão da Imprensa Oficial. Não será aceito protocolo de entrega em substituição aos documentos exigidos.
- 12.3.2.8. Quando solicitado, para a comprovação da legitimidade das informações constantes nos atestados, deverá o licitante disponibilizar, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.
- 12.3.2.9. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos ou gráficos apenas como forma de ilustração.
- 12.3.2.10. Conforme previsto na Lei 8.666, no art. 43 § 3º, os Atestados de Capacidade Técnica apresentados serão objeto de diligência, a critério da CONTRATANTE, para verificação de autenticidade de seu conteúdo.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

- 12.3.2.11. Encontrada divergência entre o especificado nos atestados e o apurado em eventual diligência, inclusive validação do contrato de prestação de serviços entre o emissor do atestado e a licitante, além da desclassificação no processo licitatório, fica sujeita a licitante às penalidades cabíveis.

13. RESCISÃO

- 13.1. O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste TERMO DE REFERÊNCIA.
- 13.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
- 13.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:
- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - b) Relação de pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - c) Indenizações e multas.
- 13.5. O contrato poderá, ainda, ser rescindido pela CONTRATANTE, independentemente de aviso judicial, ou extrajudicial, nos seguintes casos:
- a) Decretação de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou dissolução da CONTRATADA;
 - b) Alteração do contrato social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que, a juízo da CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato referente à esta contratação;
 - c) Cometimento reiterado de faltas, anotadas na forma do § 1º, art. 67, da Lei n.º 8.666/93;
 - d) Transferência dos direitos e/ou obrigações do contrato, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE;
 - e) No interesse da CONTRATANTE, mediante comunicação com antecedência de 30 (trinta) dias, e o pagamento dos serviços realizados até a data comunicada no aviso de rescisão.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

15. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16. VISTORIA TÉCNICA

- 16.1. Para o devido conhecimento e uniformização de entendimento quanto às condições para a prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência, será facultada a realização de vistoria técnica nas instalações da CONTRATANTE para que as licitantes conheçam o ambiente, visando obter subsídios para elaboração de sua proposta comercial devido à criticidade dos sistemas de energia ininterrupta do Órgão.
- 16.2. As licitantes deverão realizar vistoria técnica nas instalações do Ministério da Educação no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas corridas antes da data de abertura do pregão, respeitando o horário de funcionamento regular do Órgão: das 08:00h às 12:00h e das 14:00h às 18:00h, de segunda a sexta-feira, do seguinte modo:
 - 16.2.1. A licitante deverá agendar a vistoria ao Ministério da Educação por meio do telefone nº (61) 2022-9637, da Coordenação-Geral de Infraestrutura e Segurança (CGIS), no horário de funcionamento regular do Órgão, mencionando o número do edital, a razão social, endereço e telefone da pessoa jurídica licitante e o nome completo e telefone do representante encarregado de realizar a vistoria.
- 16.3. A vistoria técnica deverá ser realizada por representante legal da empresa, o qual deverá portar original ou cópia autenticada do contrato social da empresa e seus documentos pessoais originais de identificação, a serem apresentados aos técnicos da CGIS (ou equivalente) do Ministério da Educação.
- 16.4. Poderá ser admitida a apresentação de procuração para a realização da vistoria, no entanto, além da procuração, deverão ser apresentados os seguintes documentos: identidade e CPF originais do procurador, original ou cópia autenticada do contrato social e cópia autenticada dos documentos de identificação citados no contrato social do procurado/ representante legal da empresa.
- 16.5. Quando da vistoria ao local dos serviços, as licitantes devem se inteirar de todos os aspectos referentes à execução do fornecimento, não se admitindo, posteriormente, qualquer alegação de desconhecimento dos mesmos.
- 16.6. Para todos os efeitos, considerar-se-á que a licitante tem pleno conhecimento da natureza e do escopo dos serviços, não se admitindo, posteriormente, qualquer alegação de desconhecimento dos mesmos.
- 16.7. Ao término da vistoria será lavrado, por representante da equipe técnica do Ministério da Educação, o respectivo Atestado de Vistoria (ENCARTE G), conforme modelos anexos ao presente TERMO DE REFERÊNCIA, os quais serão assinados pelo representante da pessoa jurídica licitante.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

17. VALOR ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO

- 17.1. Conforme levantamento de contratações similares identificadas na Administração Pública demonstrado no Estudo Técnico Preliminar, o valor estimado para a contratação é de R\$ 1.061.473,58 (Um milhão sessenta e um mil, quatrocentos e setenta e três reais e cinquenta e oito centavos) para o período de 12 (doze) meses, de acordo com a tabela abaixo:

Grupo	Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	1	Serviços de manutenção preventiva, corretiva, monitoramento, testes e assistência técnica, com reposição de peças e componentes, ao sistema de Equipamentos de Energia Ininterrupta - <i>Nobreaks</i> .	Mês	12	R\$ 77.972,13	R\$ 935.665,58
	2	Substituição de baterias, sem garantia de consumo mínimo.	Unidade	200	R\$629,04	R\$ 125.808,00
TOTAL						R\$ 1.061.473,58

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 18.1. A LICITANTE VENCEDORA, oriunda deste certame, tem a obrigação de realizar o cadastro no Sistema Eletrônico de Informações - SEI da CONTRATANTE, do modo a viabilizar a assinatura eletrônica do contrato administrativo.
- 18.2. Consultas a respeito deste Termo de Referência poderão ser formuladas pelo correio eletrônico institucional: cpl@mec.gov.br.
- 18.3. Todas as etapas dos serviços, involuntariamente não explícitas neste Termo de Referência, mas necessárias à execução total dos serviços e ao perfeito acabamento, serão de responsabilidade da CONTRATADA.
- 18.4. No caso de regras conflitantes entre o contrato e este termo de referência, prevalecerão as do contrato.
- 18.5. Além das regras aqui estabelecidas, deverão ser observados os normativos legais, a exemplo da Lei de Licitações e contratos nº 8.666/93 e normativos emanados pelo Ministério da Economia.
- 18.6. Integram este Termo de Referência os seguintes ENCARTES:
- 18.6.1. **ENCARTE A:** ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DOS BENS E SERVIÇOS;
- 18.6.2. **ENCARTE B:** DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS EXISTENTES NO MEC;
- 18.6.3. **ENCARTE C:** PROPOSTA DE PREÇOS;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

- 18.6.4. **ENCARTE D:** MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO;
- 18.6.5. **ENCARTE E:** MODELO DO TERMO DE ACEITE PROVISÓRIO;
- 18.6.6. **ENCARTE F:** MODELO DO TERMO DE ACEITE DEFINITIVO;
- 18.6.7. **ENCARTE G:** MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA TÉCNICA;
- 18.6.8. **ENCARTE H:** DECLARAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO;
- 18.6.9. **ENCARTE I:** DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL; e
- 18.6.10. **ENCARTE J:** INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO.

19. DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO

- 19.1. Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pelo OFÍCIO Nº 205/2020/GAB/CGLC/SAA-MEC (SEI 2050656)
- 19.2. Conforme legislação vigente, o Termo de Referência ou Projeto Básico será assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade competente.

Assinatura Eletrônica
Integrante Titular
Ramón Moreno de Matos Vieira
1825416

Assinatura Eletrônica
Integrante Técnico Demandante
Evandro Luiz Braz das Silva
1694418

Assinatura Eletrônica
Integrante Técnica de Suporte
Jakeline Gomes Fernandes
2380101

Assinatura Eletrônica
Integrante Administrativo
Reynaldo Leone Durães de Jesus
3148464

Assinatura Eletrônica
Autoridade Competente
NÍCOLAS RAMOS DA CRUZ
Subsecretário de Tecnologia da Informação e Comunicação

Brasília-DF, 10 de julho de 2020.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

ENCARTE A

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DOS BENS E SERVIÇOS

ITEM 1 - Serviços de manutenção preventiva, corretiva, monitoramento, testes e assistência técnica, com reposição de peças e componentes, ao sistema de Equipamentos de Energia Ininterrupta - Nobreaks.

1. MANUTENÇÃO PREVENTIVA

- a) Os serviços de manutenção preventiva deverão ser prestados mensalmente pela CONTRATADA. Nos casos de qualquer ocorrência de falhas, indisponibilidade ou mau funcionamento identificado nos equipamentos, a qualquer tempo e sem ônus adicional para o CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá prestar serviços de manutenção corretiva, de forma a mantê-los plenamente operacionais;
- b) Deverá ser realizada uma visita técnica preventiva por mês, por meio de OS (Ordem de Serviço), sem nenhum prejuízo dos chamados realizados pelo MEC para fins de manutenção corretiva, que serão ilimitados. O não comparecimento da CONTRATADA na data prevista, sem justificativa expressa prévia, ensejará em inexecução parcial do contrato e estará passível das sanções previstas;
- c) Para facilitar o entendimento do processo proposto, citamos abaixo procedimentos mínimos que deverão ser adotados mensalmente nos serviços de manutenção preventiva:

1.1 Startup e Controle Gerencial

1.1.1 Esta etapa descreve os primeiros passos para o *Startup* da manutenção, conforme detalhado a seguir:

1.1.1.1 A CONTRATADA deverá considerar para efeitos de organização dos trabalhos a serem executados, os aspectos de identificação, tais como a numeração lógica de todos os componentes e equipamentos que somam ao parque de Alimentação de Energia Ininterrupta de acordo com o escopo do contratado;

1.1.1.2 Encaminhar confirmação de agendamento das visitas programadas para viabilização dos serviços de manutenção no Sistema UPS com, no mínimo, 15 (quinze) dias antes da data prevista para a visita, inclusive estabelecendo os horários compatíveis para sua execução. Esses horários devem contemplar também o período de permanência dos técnicos de manutenção da CONTRATADA nas dependências do CONTRATANTE. Em tempo, deverá ser verificada a agenda de serviços para evitar sobreposição de recursos técnicos em outras frentes de trabalho (manutenções preventivas e corretivas e novas instalações);



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

1.1.1.3 A CONTRATADA deverá garantir os meios necessários (materiais, ferramentas de trabalho de uso pessoal, dentre outros de uso corporativo) para execução do trabalho;

1.1.1.4 Todas as informações coletadas em todos os procedimentos de manutenção e testes deverão ser anotados em Formulários Técnicos exclusivos de cada etapa e entregues em conjunto com o Relatório Técnico Final. Essas informações servirão para controle, arquivamento (série histórica) e análises futuras de tendências do comportamento do Sistema UPS como um todo.

1.2 Verificação dos Informes e Materiais

1.2.1 O Técnico da CONTRATADA antes de proceder as atividades de manutenção deverá verificar se possui todos os elementos essenciais para a manutenção, a saber:

1.2.1.1 Estar de posse da autorização de acesso nas dependências do cliente;

1.2.1.2 Estar de posse do crachá de identificação da CONTRATADA e uniformizado;

1.2.1.3 Estar de posse do equipamento de segurança individual EPI (capacete, protetor auricular, luvas, calçado especializado e máscara de proteção respiratória do tipo cirúrgica) e da caixa de ferramentas, fornecida pela CONTRATADA.

1.2.1.4 Materiais necessários conforme a descrição do item a seguir:

1.2.1.4.1 Relação dos Materiais de Limpeza:

i. Líquido detergente multiuso, panos de algodão, sacos de lixo reforçado, vaselina, limpa contato do tipo *spray*, Bicarbonato de Sódio;

ii. Vassouras, pá de lixo, balde, escada com isolamento de borracha nos pés.

1.2.1.4.2 Relação dos Materiais Elétricos:

i. Extensão elétrica de no mínimo 20 metros;

ii. Aparelho de aspirador de pó

1.2.1.4.3 Relação de Ferramentas Especiais:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

i. Torquímetro, Pirômetro Ótico Infravermelho, Paquímetro, Multímetro, Alicates Amperímetro e Medidor de Potência.

1.3 Das Instruções de Limpeza

1.3.1 Essa etapa compreende a limpeza física de todos os componentes e equipamentos do escopo da contratação, bem como, a limpeza do ambiente físico em que se encontram.

1.3.1.1 Executar a remoção de poeira no invólucro de cada elemento de bateria.

1.3.1.2 Executar a limpeza quando há oxidação nos bornes (terminais) das baterias.

1.3.1.3 Executar a remoção de poeira no painel frontal do UPS (nas aletas de ventilação). Posteriormente, proceder remoção similar na parte traseira nas paletas dos ventiladores e exaustores (*fans*).

1.3.1.4 Executar a remoção de poeira nas partes externas do(s) gabinete(s) UPS.

1.4 Das instruções de Inspeção Física e Medição Térmica do Banco

1.4.1 Esta etapa compreende a inspeção física de todos componentes do banco de baterias, inclusas as próprias baterias e as seccionadas, com as respectivas medições térmicas.

1.4.1.1 Executar a medição de Temperatura do Invólucro de cada bateria e dos seus respectivos bornes (positivo e negativo).

1.4.1.2 Executar a medição de Temperatura das conexões da cablagem (terminais) das seccionadoras antes e depois dos fusíveis. Todas informações para controle, arquivamento (série histórica) e análises futuras de tendências do comportamento da temperatura dos fusíveis e cabos.

1.4.1.3 Verificar o torque dos parafusos de fixação dos bornes das baterias em função da variação de temperatura medida anteriormente, e a seguir, realizar os seguintes procedimentos:

1.4.1.4 Verificar deformação no invólucro da bateria no banco.

1.5 Das Instruções de Medição Elétrica e Térmicas do Sistema UPS

1.5.1 Executar a Medição de Tensão (V) de cada bateria do banco e das seccionadoras.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

- 1.5.2 Executar a Medição de Tensão (V) e Corrente (I) de entrada no Retificador oriunda da rede elétrica comercial nos contatos R-S-T.
- 1.5.3 Executar a Medição de Tensão (V) e Potência Ativa e Reativa (kW e kVAR) de Saída do Inversor nos contatos R-S-T.
- 1.5.4 Executar as seguintes medições térmicas:
 - a. Entrada de alimentação do retificador, coletando dados dos 4 terminais (R-S-T-N e GND).
 - b. Saída de alimentação para a Carga, coletando dados dos 4 terminais (R-S-T-N e GND)
 - c. Entrada de alimentação DC indicada, coletando dados dos terminais do banco.
- 1.5.5 Executar a medição da temperatura do Invólucro do Disjuntor com seus respectivos terminais da cablagem de entrada e saída, instalado no Quadro de Alimentação Principal da UPS (Quadro de Entrada) e no Quadro de Distribuição de Cargas Controladas (Quadro de Saída).
- 1.5.6 Executar a recuperação dos *logs* dos últimos eventos que ocorreram com o UPS, sendo listados no Relatório Técnico a ser fornecido, enfrentado com as expressões “OK”, “No-OK” e Observação, caso necessário.
- 1.5.7 Realizar a leitura das medidas de Autonomia de Baterias, Frequência de Saída, Frequência de *Bypass*, Tensão das Baterias, Corrente de Carga das Baterias, Corrente de Descarga das Baterias, Tensão de Entrada do Retificador, Tensão de Entrada do *Bypass*, Tensão de Saída do Inversor, Corrente de Saída do Inversor, Potência Ativa, Potência Reativa, Potência Aparente e Potência de Saída em % e Capacidade de Bateria em %, via painel de controle (*display*) do UPS.

1.6 Dos Testes Operacionais do Sistema UPS

- 1.6.1 Os procedimentos realizados nas etapas anteriores são considerados pré-requisitos para a execução desta etapa. Caso ainda conste pendências dessas etapas passadas, alguns testes poderão ser afetados, neste caso, o técnico da CONTRATADA deverá revisar os procedimentos incompletos com o intuito de evitar riscos durante o processo de testes.
- 1.6.2 Dando continuidade ao processo de manutenção, a partir desse momento, o Sistema UPS poderá ser testado, dentro das seguintes ações, a saber:
 - 1.6.2.1 Executar testes dos bancos de baterias:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

- a. Verificar a corrente de descarga, a tensão e o tempo de autonomia no painel de controle.

1.6.2.2 Executar os testes do carregador do banco de baterias:

- b. Checar a cada 10' minutos o percentual de recarga, a tensão e a corrente de carregamento no painel de controle. Essa monitoração deverá acontecer, no mínimo, seis vezes, dentro de 60 minutos até sua carga completa.

1.6.2.3 Para a realização dos testes de chave estática eletrônica, realizar os seguintes procedimentos:

- a. Comando do inversor para a chave estática;
- b. Realização da medição das fases R-S-T e do Neutro, contemplando as grandezas elétricas de Tensão (V), Corrente (I), Potência Ativa (kW) e Potência Reativa (kVAr) na saída do barramento do UPS.

1.6.2.4 Para a realização dos testes da Chave de Bypass Manual, realizar os seguintes procedimentos:

- c. Realizar a medição de Tensão (V), Corrente (I), Potência Ativa (kW) e Potência Reativa (kVAr) na saída do barramento do UPS.

- Todos os testes somente deverão ser realizados com autorização do CONTRATANTE

1.6.2.5 Simultaneamente, durante os testes anteriores, o técnico poderá inspecionar mecanicamente de forma auditiva e visual o funcionamento dos exaustores de refrigeração dos módulos UPS.

1.7 Da Elaboração do Relatório Técnico

1.7.1 Esta etapa é a conclusiva de todo o trabalho executado, seja nas manutenções preventivas ou corretivas. É nela onde será destacado o Laudo Técnico emitido pelo corpo de engenheiros da CONTRATADA.

1.7.2 O relatório técnico é a compilação de todas as anotações realizadas durante o processo de manutenção.

1.7.2.1 No relatório deverão constar todos os formulários técnicos, a saber:

- a. Formulário Técnico de Inspeção Física e Medições das Unidades Térmicas e Elétricas de todos os componentes dos Bancos de Baterias.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

- b. Formulário Técnico de Medições das Unidades Térmicas e Elétricas de todos os módulos, gabinetes e quadros UPS.
- c. Formulário Técnico que contém todos os eventos dos módulos UPS no período.
- d. Formulário Técnico que contém a leitura dos parâmetros elétricos gerais do sistema UPS.
- e. Formulário Técnico que contém observações sobre alguns procedimentos, incidentes e pendências identificadas durante a manutenção.
- f. Formulário Técnico que contém a leitura das unidades elétricas monitoradas durante os testes de descarga e carga das baterias, da transferência do inversor para a chave estática eletrônica, da transferência da chave estática eletrônica para o *bypass* manual do sistema UPS e do comportamento dos exaustores de ventilação dos módulos UPS.
- g. Formulário Técnico de Inspeção dos trabalhos executados visando a qualidade dos serviços.

1.7.2.2 De posse dos Formulários Técnicos, o relatório será construído com as seguintes formatações:

- a. Discriminação qualitativa e quantitativa das medições;
- b. Gráficos com as Unidades Elétricas e Térmicas medidas *in-loco*;
- c. Análise de série histórica das medidas elétricas e térmicas sobre a tendência do comportamento de vários elementos que compõem a solução;
- d. Parecer Técnico com observações.

2. MANUTENÇÃO CORRETIVA

- a) Os serviços de manutenção corretiva serão realizados sempre que os equipamentos apresentem falhas que impeçam o seu funcionamento regular e requeiram intervenção técnica especializada e/ou mesmo a substituição de peças ou componentes ou módulos.
- b) Entende-se por manutenção corretiva, uma série de procedimentos destinados a recolocar os equipamentos em seu perfeito estado de uso, tais como: substituição de peças, ajustes e reparos necessários, de acordo com os manuais e normas técnicas especificadas pelo Fabricante.
- c) Das peças ou componentes ou módulos a serem substituídos estão inclusos, mas não limitados à:
 - c.1. Fusíveis de potência;
 - c.2. Semicondutores;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

- c.3. Capacitores;
- c.4. Placas de Circuito Impresso – PCB;
- c.5. Fans;
- c.6. Fuseholders;
- c.7. Contatos;
- c.8. Contatos auxiliares.

3. DO SISTEMA DE SUPERVISÃO

- a) A Contratada deverá disponibilizar sistema de supervisão remota, via internet, a ser instalado e mantido pela própria CONTRATADA.
- b) O sistema de supervisão deverá indicar permanentemente as condições de funcionamento do Sistema, sinalizar, indicar alterações e transmiti-las via modem/Internet às informações à Contratada, objetivando garantir eventual intervenção corretiva ou preventiva no menor tempo possível. O sistema deverá permitir, a qualquer momento, que o Contratante também visualize o estado de operação por meio de acesso exclusivo pela Internet.
- c) Não caberá ao CONTRATANTE nenhum custo relativo a serviços ou componentes para instalação do sistema de supervisão, além do fornecimento de uma linha telefônica e/ou ponto de rede.

4. DOS RELATÓRIOS

- a) A CONTRATADA emitirá relatórios das intervenções realizadas no período, tanto preventivas como corretivas, programadas ou de emergência, ressaltando os fatos importantes e detalhando os pormenores das intervenções, de forma a manter registros completos das ocorrências e subsidiar as decisões do CONTRATANTE.
- b) Toda informação referente ao CONTRATANTE, que a CONTRATADA e seu preposto vierem a tomar conhecimento, por necessidade dos serviços ora contratados não poderá, sob hipótese alguma, ser divulgada a terceiros.
- c) A entrega dos relatórios mensais será condição necessária à atestação pelo MEC, para fins de pagamentos dos serviços executados.

ITEM 2 - Substituição de baterias.

1. FORNECIMENTO DE BATERIAS PARA REPOSIÇÃO

O item 2 prevê o fornecimento de baterias apenas para os equipamentos instalados nos edifícios do MEC (Sede e Anexo), assim as baterias deverão possuir as seguintes características:

- a) Bateria estacionária;
- b) Sistema eletroquímico chumbo-ácido;
- c) Regulada por válvula (VRLA);
- d) Tensão nominal de 12 V;
- e) Capacidade nominal de 70 AH;
- f) Terminal M6.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

ENCARTE B

DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS EXISTENTES NO MEC

Os serviços de manutenção, com reposição de peças, visam atender o sistema de Equipamentos de Energia Ininterrupta Nobreaks modulares no ambiente do MEC, totalizando 1.480 (um mil e quatrocentos e oitenta) KVA de potência, existentes nos prédios/unidades:

- Ministério da Educação, Bloco L, Ed. Sede, Esplanada dos Ministérios, Brasília-DF;
- Ministério da Educação Anexo II, Esplanada dos Ministérios, Brasília-DF; e
- Conselho Nacional de Educação (CNE), SGAS, Av. L2 Sul, Quadra 607, Lote 50 - 70200-670 - Brasília – DF.

Cada módulo Nobreak contém seu Banco de baterias seladas, seu quadro de proteção de baterias e sua chave-estática incorporada, respectivamente e cada gabinete contém seu sistema de monitoração.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO			
LOCALIZAÇÃO: ANEXO II			
FABRICANTE: NEWAVE CONCEPT POWER			
GABINETE G-X1:		Modelo: UPGRADE 300KVA	Nº de série: 3U0340
ATIVO	EPROM	POTÊNCIA	PASSIVO
Módulo 1: AM 000855	7.10	Potência: 100 kVA	Módulo 4: PM 000853
Módulo 2: AM 000853	7.10	Potência: 100 kVA	Módulo 5: PM 000852
Módulo 3:		Potência: kVA	Módulo 6:
GABINETE G-X2:		Modelo: UPGRADE 300kVA	Nº de série: 3U0355
ATIVO	EPROM	POTÊNCIA	PASSIVO
Módulo 1: AM 000892	7.10	Potência: 100 kVA	Módulo 4: PM 000895
Módulo 2:		Potência: kVA	Módulo 5:
Módulo 3:		Potência: kVA	Módulo 6:
GABINETE G-Y1:		Modelo: UPGRADE 300kVA	Nº de série: 3U0232
ATIVO	EPROM	POTÊNCIA	PASSIVO
Módulo 1: AM 000893	7.10	Potência: 100 kVA	Módulo 4: PM 000894



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Módulo 2: AM 000891	7.10	Potência: 100 kVA	Módulo 5: PM 000892
Módulo 3:		Potência: kVA	Módulo 6:
GABINETE G-Y2:		Modelo: UPGRADE 300kVA	N° de série: 3U0233
ATIVO	EPROM	POTÊNCIA	PASSIVO
Módulo 1: AM 000850	7.10	Potência: 100 kVA	Módulo 4: PM 000851
Módulo 2:		Potência: kVA	Módulo 5:
Módulo 3:		Potência: kVA	Módulo 6:
GABINETE G-Z1:		Modelo: UPGRADE 300kVA	N° de série: 3U0230
ATIVO	EPROM	POTÊNCIA	PASSIVO
Módulo 1: AM 000548	6.20	Potência: 100 kVA	Módulo 4: PM 000536
Módulo 2: AM 000549	6.20	Potência: 100 kVA	Módulo 5: PM 000532
Módulo 3: AM 000545	6.20	Potência: 100 kVA	Módulo 6: PM 000539
GABINETE G-Z2		Modelo: UPGRADE 300Kva	N° de série: 3U0229
ATIVO	EPROM	POTÊNCIA	PASSIVO
Módulo 1: AM 000525	6.20	Potência: 100 kVA	Módulo 4: PM 000538
Módulo 2: AM 000526	6.20	Potência: 100 kVA	Módulo 5: PM 000540
Módulo 3:		Potência: kVA	Módulo 6:
LOCALIZAÇÃO: EDIFÍCIO SEDE			
FABRICANTE: NEWAVE CONCEPT POWER			
GABINETE G-SEDE		Modelo: UPGRADE 300KVA	N° de série: 3U0231
ATIVO	EPROM	POTÊNCIA	PASSIVO
Módulo 1: AM 000521	6.20	Potência: 100 kVA	Módulo 4: PM 000533



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Módulo 2: AM 000517	6.20	Potência: 100 kVA	Módulo 5: PM 000530
Módulo 3: AM 000541	6.20	Potência: 100 kVA	Módulo 6: PM 000537
LOCALIZAÇÃO: CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO			
FABRICANTE: APC – American Power Conversion			
Modelo: SURT192RMXLBP2	Potência: 20 KVA	N° de série: 7S1550L01140	
Modelo: SURT192RMXLBP2	Potência: 20 KVA	N° de série: 5S1538T62414	
Modelo: SURT192RMXLBP2	Potência: 20 KVA	N° de série: 7S1550L01146	
Modelo: SURT192RMXLBP2	Potência: 20 KVA	N° de série: 5S1538T63556	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

ENCARTE C

PROPOSTA DE PREÇOS

A presente proposta é baseada nas especificações, condições e prazos estabelecidos no Pregão ____/2020, os quais nos comprometemos a cumprir integralmente.

Declaramos que tomamos conhecimento de toda as informações para cumprimento das obrigações objeto da presente licitação e que concordamos com os termos do Edital e seus Anexos.

O valor global de nossa cotação para o objeto desta licitação é de R\$ _____ (_____), pelo período de 12 (doze) meses, correspondendo o valor mensal do serviço de manutenção preventiva, corretiva, monitoramento, testes e assistência técnica, com reposição de peças e componentes, ao sistema de Equipamentos de Energia Ininterrupta - Nobreaks (valor fixo) R\$ _____ (_____) e valor para reposição de baterias (sem garantia de consumo mínimo pela CONTRATANTE) (valor variável) de R\$ _____ (_____) conforme detalhamento abaixo, neste preço estão inclusas todas e quaisquer despesas para o completo atendimento do serviço/fornecimento previstos no presente Edital, tais como material mão-de-obra, impostos, taxas, tributos, fretes, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais ou quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da licitação. impostos, taxas, tributos, encargos sociais, etc.

TOTAL DOS CUSTOS PARA MANUTENÇÃO DE NOBREAK E FORNECIMENTO DE PEÇAS

Grupo 1 - Prestação de Serviços de Manutenção Preventiva, Corretiva, Monitoramento, Testes e Assistência Técnica com Fornecimento de Peças e Baterias, genuinamente originais, ao Sistema de Equipamentos de Energia Ininterrupta - Nobreaks, pelo período de 12 (doze) meses.					
Item	Descrição	Unidade	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
1	Serviços de manutenção preventiva, corretiva, monitoramento, testes e assistência técnica, com reposição de peças e componentes, ao sistema de Equipamentos de Energia Ininterrupta - Nobreaks.	Mês	12		
2	Substituição de baterias, sem garantia de consumo mínimo.	Unidade	200		
VALOR TOTAL GLOBAL					

1) Declaramos que esta proposta tem validade pelo prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua abertura, e que atendemos e concordamos com todas as condições estabelecidas no Pregão Eletrônico e respectivos Encartes.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

2) Nos valores acima estão compreendidos além do lucro, encargos sociais, taxas e seguros, fretes e quaisquer despesas de responsabilidade do proponente, que direta ou indiretamente, decorram da execução do objeto licitado, na forma e condições previstas no edital e seus anexos.

3) Declaramos estar de acordo com todas as condições estipuladas no edital e seus anexos

Valor Global:		
Razão Social:		
CNPJ:		
End:		
Cep:		
Fone/Fax:	E-mail:	
Validade da Proposta:		
Especificação Técnica:		
Forma de Pagamento:		
Dados Bancários da empresa:		
Agência:	Conta Corrente:	Banco:

DADOS DO REPRESENTANTE QUE IRÁ ASSINAR O CONTRATO

Nome:	CPF:	RG/ÓRGÃO EXPEDIDOR:
Cep:		
Estado civil:		
Residência:		
Cargo/Função:		
Nacionalidade:		

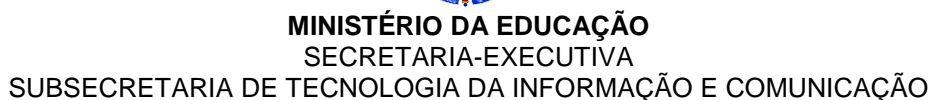
* Lembrar que é necessária cópia dos principais documentos:

1- da empresa - Alteração Contratual ou Procuração

2- pessoais - Identidade e C.P.F. ou da CNH, que assinará o CONTRATO

Local: _____, ____ de _____ de 2020.

CARIMBO, ASSINATURA E TIMBRE DA EMPRESA



MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS		
APROVAÇÃO	() SIM	() NÃO
FISCALIZAÇÃO	AUTORIZAÇÃO	ATESTO que os serviços foram executados conforme a solicitação.
Data / /	Data / /	Data / /



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

ENCARTE E

TERMO DE ACEITE PROVISÓRIO

Identificação

Contrato nº	Nº da OS:
Objeto:	
Contratante:	
Contratada:	

Por este instrumento, atestamos que os serviços (ou bens), relacionados na O.S. acima identificada, foram recebidos nesta data e serão objetos de avaliação quanto à conformidade de qualidade, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos pelo CONTRATANTE.

Ressaltamos que o aceite definitivo destes serviços (ou bens) ocorrerá em até ____ dias, desde que não ocorram problemas técnicos ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência correspondente ao Contrato supracitado.

De Acordo,

CONTRATANTE	CONTRATADA
Fiscal Técnico do Contrato	Representante da Contratada
<assinatura>	<assinatura>
<nome>	<nome>
<matrícula>	<Qualificação>

Brasília/DF ____ de _____ de 20__.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

ENCARTE F

TERMO DE ACEITE DEFINITIVO

Identificação

Contrato nº	
Objeto:	
Gestor do Contrato: <nome/matricula>	
Fiscal Requisitante do Contrato: <nome/matricula>	

Por este instrumento, os servidores acima identificados atestam que o(s) serviço(s) ou bem(ns) integrantes da Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens acima identificada possui(em) qualidade compatível com a especificada no Termo de Referência do Contrato supracitado.

De Acordo,

Gestor do Contrato	Fiscal Requisitante do Contrato
<assinatura>	<assinatura>
<nome> <matricula>	<nome> <matricula>

Brasília/DF ____ de _____ de 20__.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

ENCARTE G

MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA TÉCNICA

Modalidade de Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO

Número: ____/2020

Declaramos que a empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, estabelecida na cidade de _____ (_____), no endereço _____, telefone nº _____, fac-símile nº _____, por meio de seu representante _____, portador da carteira de identidade nº _____, CPF nº _____, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº ____/2020, vistoriou as instalações do Ministério da Educação – MEC, onde tomou conhecimento dos aspectos técnicos e das condições para a execução do objeto licitatório, estando satisfeita com as informações e esclarecimentos obtidos durante a visita e plenamente capacitada a elaborar sua proposta comercial, de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de modificação do escopo do objeto, quantitativo estimado ou acréscimo de preços.

Por ser verdade, firmamos o presente.

Brasília, _____, de _____ de 2020.

REPRESENTANTE DA EMPRESA LICITANTE
(NOME DA EMPRESA)

SERVIDOR RESPONSÁVEL DO MEC
(CARGO)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

ENCARTE H

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO E MANUTENÇÃO DE SIGILO

Este Termo de Compromisso (“Termo”) é celebrado entre:

CONTRATANTE Ministério da Educação - MEC, Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Zona cívico Administrativa, CEP 70047-900, Brasília - DF. Inscrita no CNPJ/MF 00394445000101, neste ato representada pelo Gestor do Contrato xx/xxxx, e

CONTRATADA xxxxxxxx, Endereço xxxxxxxx, inscrita no CNPJ/MF xxxxxx, personificação xxxxxx, neste ato representada por seus respectivos procuradores abaixo assinados, na forma de seus respectivos Contratos Sociais.

O MEC e a CONTRATADA podem ser referidas individualmente como Parte e coletivamente como Partes, onde o contexto assim o exigir.

CONSIDERANDO QUE as Partes estabeleceram ou estão considerando estabelecer uma relação de negócio que inclui o serviço de manutenção preventiva, corretiva, monitoramento, testes e assistência técnica com fornecimento de peças e baterias ao sistema de Equipamentos de Energia Ininterrupta Nobreaks do MEC;

CONSIDERANDO QUE as Partes podem divulgar entre si Informações Confidenciais, conforme definido abaixo neste instrumento, sobre aspectos de seus respectivos negócios, e em consideração da divulgação destas Informações Confidenciais;

CONSIDERANDO QUE as Partes desejam ajustar as condições de revelação das Informações Confidenciais, bem como definir as regras relativas ao seu uso e proteção;

RESOLVEM as Partes celebrar o presente Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo, o qual se regerá pelas considerações acima, bem como pelas cláusulas e condições a seguir:

- Para a finalidade deste Termo, “Informações Confidenciais” significarão todas e quaisquer informações divulgadas por uma Parte (de acordo com este instrumento, a “Parte Divulgadora”) à outra Parte (de acordo com este instrumento, a “Parte Recebedora”), em forma escrita ou verbal, tangível ou intangível, patenteada ou não, de natureza técnica, operacional, comercial, jurídica, a qual esteja claramente marcada como CONFIDENCIAL, incluindo, entre outras, mas não se limitando a,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

segredos comerciais, *know-how*, patentes, pesquisas, planos de negócio, informações de marketing, informações de usuários, situação financeira, métodos de contabilidade, técnicas e experiências acumuladas, e qualquer outra informação técnica, comercial e/ou financeira, seja expressa em notas, cartas, fax, memorandos, acordos, termos, análises, relatórios, atas, documentos, manuais, compilações, código de *software*, e-mail, estudos, especificações, desenhos, cópias, diagramas, modelos, amostras, fluxogramas, programas de computador, discos, disquetes, fitas, pareceres e pesquisas, ou divulgadas verbalmente e identificadas como confidenciais por ocasião da divulgação.

- Não serão incluídas nas Informações Confidenciais quaisquer informações que: (i) sejam geralmente conhecidas, ou subsequentemente se tornem disponíveis ao comércio ou ao público; (ii) estejam na posse legal da Parte Recebedora antes da divulgação pela Parte Divulgadora; ou (iii) sejam legalmente recebidas pela Parte Recebedora de um terceiro, desde que essas informações não tenham chegado ao conhecimento da Parte Recebedora através do referido terceiro, direta ou indiretamente, a partir da Parte Divulgadora numa base confidencial.
- Quando a divulgação de Informações Confidenciais for necessária para estrito atendimento de ordem judicial ou agência governamental, o mesmo se procederá da seguinte maneira: (i) a Parte Recebedora fica obrigada a comunicar o teor da determinação judicial à Parte Divulgadora no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar do recebimento da ordem, no caso de se tratar de determinação para cumprimento em prazo máximo de 5 (cinco) dias; ou no prazo de uma hora a contar do recebimento, no caso de se tratar de ordem judicial para cumprimento no prazo máxima de até 48 (quarenta e oito) horas; e (ii) fica a Parte Recebedora obrigada também a enviar à Parte Divulgadora cópia da resposta dada à determinação judicial ou administrativa concomitantemente ao atendimento da mesma. A Parte Recebedora cooperará com a Parte Divulgadora para possibilitar que a Parte Divulgadora procure uma liminar ou outra medida de proteção para impedir ou limitar a divulgação dessas Informações Confidenciais.
- A Parte Recebedora não divulgará nenhuma Informação Confidencial da Parte Divulgadora a nenhum terceiro, exceto para a finalidade do cumprimento deste Termo e com o consentimento prévio por escrito da Parte Divulgadora. Além disso:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

- A Parte Receptora, (i) não usará as Informações Confidenciais para interferir, direta ou indiretamente, com nenhum negócio real ou potencial da Parte Divulgadora, e (ii) não usará as Informações Confidenciais para nenhuma finalidade, exceto avaliar uma possível relação estratégica entre as Partes.
- As Partes deverão proteger as Informações Confidenciais que lhe forem divulgadas, usando o mesmo grau de cuidado utilizado para proteger suas próprias Informações Confidenciais.
- A Parte Receptora não revelará, divulgará, transferirá, cederá, licenciará ou concederá acesso a essas Informações Confidenciais, direta ou indiretamente, a nenhum terceiro, sem o prévio consentimento por escrito da Parte Divulgadora, estando este terceiro, condicionado à assinatura de um Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo prevendo as mesmas condições e obrigações estipuladas neste Termo.
- A Parte Receptora informará imediatamente à Parte Divulgadora de qualquer divulgação ou uso não autorizado das Informações Confidenciais da Parte Divulgadora por qualquer pessoa, e tomará todas as medidas necessárias e apropriadas para aplicar o cumprimento das obrigações com a não divulgação e uso limitado das obrigações das empreiteiras e agentes da Parte Receptora.
- A Parte Receptora deverá manter procedimentos administrativos adequados à prevenção de extravio ou perda de quaisquer documentos ou Informações Confidenciais, devendo comunicar à Parte Divulgadora, imediatamente, a ocorrência de incidentes desta natureza, o que não excluirá sua responsabilidade.
- A Parte Receptora obrigará seu pessoal que possa ter acesso às Informações Confidenciais que cumpram tais obrigações de sigilo, assinando o Termo de Ciência .
- As Partes se comprometem e se obrigam a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação confidencial da outra Parte, bem como para evitar e prevenir revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela Parte Divulgadora. De qualquer forma, a revelação é permitida para empresas coligadas, assim consideradas as empresas que direta ou indiretamente controlem ou sejam controladas pela Parte neste Termo. Além disso, cada Parte terá direito de revelar a informação a seus funcionários que precisem conhecê-la, para os fins deste Termo; tais funcionários deverão estar devidamente avisados acerca da natureza confidencial de tal informação, e estarão



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

vinculados aos termos e condições do presente Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo independentemente de terem sido avisados do caráter confidencial da informação, ficando a Parte Receptora responsável perante a Parte Divulgadora por eventual descumprimento do Termo.

- O intercâmbio de informações nos termos deste instrumento não será interpretado de maneira a constituir uma obrigação de uma das Partes para celebrar qualquer Termo ou acordo de negócio, nem obrigá-la a comprar quaisquer produtos ou serviços da outra ou oferecer para a venda quaisquer produtos ou serviços usando ou incorporando as Informações Confidenciais.
- Cada Parte reconhece que em nenhuma hipótese este Termo será interpretado como forma de transferência de propriedade ou qualquer tipo de direito subsistido nas Informações Confidenciais da parte Divulgadora para a parte Receptora, exceto o direito limitado para utilizar as Informações Confidenciais conforme estipulado neste Termo.
- Este Termo entrará em vigor por ocasião da assinatura pelas Partes. Os compromissos deste instrumento também serão obrigatórios às coligadas, subsidiárias ou sucessoras das Partes e continuará a ser obrigatório a elas até a ocasião em que a substância das Informações Confidenciais tenha caído no domínio público sem nenhum descumprimento ou negligência por parte da Parte Receptora, ou até que a permissão para liberar essas Informações seja especificamente concedida por escrito pela Parte Divulgadora.
- A omissão ou atraso em aplicar qualquer disposição deste Termo não constituirá uma renúncia de qualquer aplicação futura dessa disposição ou de quaisquer de seus termos. Se qualquer disposição deste Termo, ou sua aplicação, por qualquer razão e em qualquer medida for considerada inválida ou inexecutável, o restante deste Termo e a aplicação de tal disposição a outras pessoas e/ou circunstâncias serão interpretados da melhor maneira possível para atingir a intenção das Partes signatárias.
- As Partes concordam que a violação do presente Termo, pelo uso de qualquer Informação Confidencial pertencente à Parte Divulgadora, sem sua devida autorização, causar-lhe-á danos e prejuízos irreparáveis, para os quais não existe remédio na lei. Desta forma, a Parte Divulgadora poderá, imediatamente, tomar todas as medidas extrajudiciais e judiciais, inclusive de caráter cautelar, como antecipação de tutela jurisdicional, que julgar cabíveis à defesa de seus direitos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

- A Parte Recebedora deverá devolver, íntegros e integralmente, todos os documentos a ela fornecidos, inclusive as cópias porventura necessárias, na data estipulada pela Parte Reveladora para entrega, ou quando não mais for necessária a manutenção das Informações Confidenciais, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas), cópias ou segundas vias, sob pena de incorrer nas penalidades previstas neste Termo.
- A Parte Recebedora deverá destruir quaisquer documentos por ela produzidos que contenham Informações Confidenciais da Parte Divulgadora, quando não mais for necessária a manutenção dessas Informações Confidenciais, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas), cópias ou segundas vias, sob pena de incorrer nas penalidades previstas neste Termo.
- A inobservância de quaisquer das disposições de confidencialidade estabelecidas neste Termo sujeitará a Parte infratora, como também o agente causador ou facilitador, por ação ou omissão ou qualquer daqueles relacionados neste Termo, ao pagamento, recomposição, de todas as perdas e danos, comprovadamente suportados ou demonstrados pela outra Parte, bem como as de responsabilidade civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo.
- As obrigações de confidencialidade decorrentes do presente Termo, tanto quanto as responsabilidades e obrigações outras derivadas do presente Termo, vigorarão durante o período de 5 (cinco) anos após a divulgação de cada Informação Confidencial à Parte Recebedora.
- O não exercício por qualquer uma das Partes de direitos assegurados neste instrumento não importará em renúncia aos mesmos, sendo tal ato considerado como mera tolerância para todos os efeitos de direito.
- Alterações do número, natureza e quantidade das Informações Confidenciais disponibilizadas para a Parte Recebedora não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso ou as obrigações pactuadas neste Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo, que permanecerá válido e com todos os efeitos legais em qualquer das situações especificadas neste Termo.
- O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer das Informações Confidenciais disponibilizadas para a Parte Recebedora, em razão do presente objeto, serão incorporadas a este Termo, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, não sendo necessário, nessas hipóteses, assinatura ou formalização de Termo Aditivo.

- Este instrumento não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas Afiliadas, nem em obrigação de divulgar informações confidenciais para a outra Parte.
- O fornecimento de Informações Confidenciais pela Parte Divulgadora ou por uma de suas Afiliadas não implica em renúncia, cessão a qualquer título, autorização de uso, alienação ou transferência de nenhum direito, já obtido ou potencial, associado a tais informações, que permanecem como propriedade da Parte Divulgadora ou de suas Afiliadas, para os fins que lhe aprouver.
- Nenhum direito, licença, direito de exploração de marcas, invenções, direitos autorais, patentes ou direito de propriedade intelectual estão aqui implícitos, incluídos ou concedidos por meio do presente Termo, ou ainda, pela transmissão de Informações Confidenciais entre as Partes.
- A CONTRATADA declara conhecer todas as Normas, Políticas e Procedimentos de Segurança estabelecidos pelo CONTRATANTE para execução do Contrato, tanto nas dependências do CONTRATANTE como externamente.
- A CONTRATADA responsabilizar-se-á integralmente e solidariamente, pelos atos de seus empregados praticados nas dependências do CONTRATANTE, ou mesmo fora dele, que venham a causar danos ou colocar em risco o patrimônio do CONTRATANTE.
- Este Termo contém o acordo integral de confidencialidade entre as Partes com relação ao seu objeto. Quaisquer outros acordos, declarações, garantias anteriores ou contemporâneos com relação à proteção das Informações Confidenciais, verbais ou por escrito, serão substituídos por este Termo. Este Termo será aditado somente firmado pelos representantes autorizados de ambas as Partes.
- Quaisquer controvérsias em decorrência deste Termo serão solucionadas de modo amistoso através do representante legal das Partes, baseando-se nas leis da República Federativa do Brasil.

E por estarem assim justas e CONTRATADA, as Partes firmam o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Brasília, ____ de _____ de 2020.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

DE ACORDO	
CONTRATANTE	CONTRATADA
<div>_____</div> <div><Nome></div> <div>Mat./SIAPE:</div>	<div>_____</div> <div><Nome></div> <div>Mat.:</div>
Testemunha 1	Testemunha 2
<div>_____</div> <div><Nome></div> <div>Mat.:</div>	<div>_____</div> <div><Nome></div> <div>Mat.:</div>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

ENCARTE I

DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

1 – Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto a inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública, em atendimento ao art. 170 da CF/1988, ao art. 3º da Lei nº 8.666/93 alterado pela Lei nº 12.349 de 2010, a Lei nº 12.187/2009 e art. 6º da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, Decreto nº 7746/2012:

Constituição Federal/1988:

“Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003\)](#)

Lei nº 8.666/93:

*“Art. 3 A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do **desenvolvimento nacional sustentável** e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010).” **(Grifamos)***

Lei nº 12.187/2009:

“Art. 6 São instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima:

XII - as medidas existentes, ou a serem criadas, que estimulem o desenvolvimento de processos e tecnologias, que contribuam para a redução de emissões e remoções de gases de efeito estufa, bem como para a adaptação, dentre as quais o estabelecimento de critérios de preferência nas licitações e concorrências públicas, compreendidas aí as parcerias público-privadas e a autorização, permissão, outorga e concessão para exploração de serviços públicos e recursos naturais, para as propostas que propiciem maior economia de energia, água e outros recursos naturais e redução da emissão de gases de efeito estufa e de resíduos;”

Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG:

“Art. 6º Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

I – use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

*II – **adote** medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;*

III – Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

IV – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços; (Grifamos)

V - realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes; (Grifamos)

VI - realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

VII – respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e (Grifamos)

VIII – preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não impede que os órgãos ou entidades contratantes estabeleçam, nos editais e contratos, a exigência de observância de outras práticas de sustentabilidade ambiental, desde que justificadamente.

2 – A licitante deverá apresentar **Declaração de Sustentabilidade Ambiental conforme modelo constante neste anexo, documento este, integrante da proposta conforme enumerado na alínea “I” do item 1 do Anexo I deste Termo de Referência.**

2.1 – Tal exigência visa atender aos dispositivos normativos acima enumerados, bem como estabelecer que a licitante deva implementar ações ambientais por meio de treinamento de seus empregados, pela conscientização de todos os envolvidos na prestação dos serviços, bem como cumprir as ações concretas apontadas especialmente nas obrigações da CONTRATADA, que se estenderão na gestão contratual, refletindo na responsabilidade da Administração no desempenho do papel de consumidor potencial e na responsabilidade ambiental e socioambiental entre as partes.

2.2 - Segue abaixo algumas ações a serem adotadas pela licitante vencedora como boas práticas na prestação dos serviços a serem desempenhadas por intermédio de seus profissionais nas atividades diárias e também nas atividades empresariais:

- a) A otimização de recursos materiais;**
- b) A redução de desperdícios materiais, energia e água por parte de seus profissionais no desempenho das atividades diárias;**
- c) Elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus empregados para redução de consumo de energia elétrica, consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;**
- d) Receber, do CONTRATANTE, informações a respeito dos programas de uso racional dos recursos que impactem o meio ambiente.**
- e) Responsabilizar-se pelo preenchimento do "Formulário de Ocorrências para Manutenção, a ser fornecido pelo CONTRATANTE, a fim de informar prováveis e reais ocorrências. Exemplo de ocorrências mais comuns e que devem ser apontadas são:**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Vazamentos nas torneiras ou nos lavatórios; Lâmpadas queimadas ou piscando; Fios desencapados; Janelas, fechaduras ou vidros quebrados; Aparelhos eletrônicos ligados e que estejam em desuso, entre outras.

f) Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água.

g) Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades diárias;

h) Instruir os profissionais quanto ao cumprimento da coleta seletiva e do Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos adotado por este Ministério em especial aos recipientes adequados para a coleta seletiva disponibilizados nas dependências do Ministério:

AZUL: papel/papelão;

VERMELHO: plástico;

VERDE: vidro;

AMARELO: metal;

PRETO: madeira;

LARANJA: resíduos perigosos;

BRANCO: resíduos ambulatoriais e de serviços de saúde;

ROXO: resíduos radioativos;

MARROM: resíduos orgânicos;

CINZA: resíduo geral não reciclável ou misturado, ou contaminado não passível de separação.

(Resolução nº 275, de 25 de abril de 2001 - Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.

Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012

Art. 4º São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

I - menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

II - preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

III - maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

IV - maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

V - maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e

VII - origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2020

PROPONENTE: _____

ENDEREÇO: _____

CNPJ: _____ **FONE/FAX:** _____

Declaro, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº ____/2015, instaurado pelo Processo de nº ____/____, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG e Decreto nº 7746 de 5 de junho de 2012, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais caso minha empresa exerça uma das atividades constantes no Anexo II da Instrução Normativa nº 31, de 03 de dezembro de 2009, do IBAMA.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

_____ de _____ de 2020.

Nome:

RG/CPF:

Cargo:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

ENCARTE J

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DO RESULTADO (IMR)

1. DA DEFINIÇÃO

- 1.1. Este documento apresenta os critérios de avaliação da qualidade dos serviços, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.
- 1.2. Este anexo é parte indissociável do Contrato XXX firmado a partir do Edital XXX e de seus demais anexos/encartes.

2. DOS INDICADORES, DAS METAS E DOS MECANISMOS DE CÁLCULO

- 2.1. Os serviços e produtos da CONTRATADA serão avaliados por meio de cinco indicadores de qualidade: uso dos EPI's e uniformes, tempo de resposta às solicitações da CONTRATANTE, atraso na entrega de relatórios, falta de materiais previstos em contrato e qualidade dos serviços prestados.
- 2.2. Aos indicadores serão atribuídos pontos de qualidades, conforme, critérios apresentados nas tabelas abaixo.
 - 2.2.1. Cada indicador contribui com uma quantidade diferenciada de pontos de qualidades. Essa diferença está relacionada à essencialidade do indicador para a qualidade dos serviços.
 - 2.2.2. A pontuação final de qualidade dos serviços pode resultar em valores entre 0 (zero) e 100 (cem) correspondentes respectivamente às situações de serviço desprovido de qualidade e serviço com qualidade elevada.
- 2.3. As tabelas abaixo apresentam os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo da pontuação de qualidade.

INDICADOR 1 – USO DOS EPI'S E UNIFORMES	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mensurar o atendimento às exigências relacionadas à segurança do trabalho, fornecimento e uso dos uniformes.
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês.
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências.
Forma de acompanhamento	Pessoal. Pelo fiscal do contrato através do livro de registro.
Periodicidade	Diária, com aferição mensal do resultado.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência (pessoa/dia).
Início da Vigência	A partir do início da prestação do serviço.
Faixas de ajuste no pagamento	Sem ocorrências = 10 pontos 1 ocorrência = 8 pontos 2 ocorrências = 6 pontos 3 ocorrências = 4 pontos 4 ocorrências = 2 pontos 5 ou mais ocorrências = 0 pontos
Sanções	Ver item 7.4

INDICADOR 2 – TEMPO DE RESPOSTA ÀS SOLICITAÇÕES DO CONTRATANTE	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mensurar o atendimento à exigências específicas relacionadas à manutenção corretiva.
Meta a cumprir	Até o dia útil posterior à solicitação.
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências.
Forma de acompanhamento	Pessoal. Pelo fiscal do contrato através do livro de registro.
Periodicidade	Por evento/solicitação à contratante.
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas com tempo de resposta superior à meta.
Início da Vigência	A partir do início da prestação do serviço.
Faixas de ajuste no pagamento	Sem ocorrências = 10 pontos 1 ocorrência = 8 pontos 2 ocorrências = 6 pontos 3 ocorrências = 4 pontos 4 ocorrências = 2 pontos 5 ou mais ocorrências = 0 pontos
Sanções	Ver item 7.4



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Observações	O que se busca com esse indicador é obter ciência e comprometimento quanto à resolução das demandas levantadas pela contratante o mais breve possível, mesmo que a resolução definitiva de determinada demanda se dê em maior tempo.
-------------	--

INDICADOR 3 – ATRASO NA ENTREGA DOS RELATÓRIOS	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mitigar ocorrências de atrasos na entrega de relatórios
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências.
Forma de acompanhamento	Pessoal. Pelo fiscal do contrato através do livro de registro.
Periodicidade	Mensal ou quando solicitado
Mecanismo de Cálculo	Identificação de pelo menos uma ocorrência de atraso no mês de referência.
Início da Vigência	A partir do início da prestação do serviço.
Faixas de ajuste no pagamento	Sem ocorrências = 35 pontos Uma ou mais ocorrências = 0 pontos
Sanções	Ver item 7.4
Observações	O que se busca com esse indicador é obter ciência e comprometimento quanto à resolução das demandas levantadas pela contratante o mais breve possível, mesmo que a resolução definitiva de determinada demanda se dê em maior tempo.

INDICADOR 4 – FALTA DE MATERIAIS PREVISTOS EM CONTRATO	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir o nível de fornecimento e abastecimento dos materiais estimados e necessários à execução do contrato.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências.
Forma de acompanhamento	Pessoal. Pelo fiscal do contrato através do livro de registro.
Periodicidade	Por evento/constatação
Mecanismo de Cálculo	Identificação de pelo menos uma ocorrência de atraso no mês de referência.
Início da Vigência	A partir do início da prestação do serviço.
Faixas de ajuste no pagamento	Sem ocorrências = 20 pontos Uma ou mais ocorrências = 0 pontos
Sanções	Ver item 7.4

INDICADOR 5 – QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir o nível de qualidade global na prestação do serviço
Meta a cumprir	Quanto maior melhor
Instrumento de medição	Pesquisa de satisfação por meio de formulário.
Forma de acompanhamento	Aplicação mensal de pesquisa de satisfação
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Descrita na Planilha de Avaliação da Qualidade dos Serviços prestados – Limpeza e Conservação
Início da Vigência	A partir do início da prestação do serviço.
Faixas de ajuste no pagamento	De 0 a 25 pontos, conforme resultado da pesquisa
Sanções	Ver item 7.4
Observações	Quesitos avaliados na pesquisa encontra-se no formulário abaixo
PLANILHA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS – LIMPEZA E	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

CONSERVAÇÃO		
Órgão/Unidade:		
Nº Contrato:		
Gestor/Responsável:		
Contratada:		Mês. Ref.:
Legenda do Grau de Satisfação: O = Ótimo B = Bom R = Regular I = Insatisfatório N = Não se aplica/Não sei responder		
Descrição	Serviços/Procedimento/Especificações	Grau de Satisfação
Elaboração de relatórios técnicos	Esta etapa é a conclusiva de todo o trabalho executado. É nela onde será destacado o Laudo Técnico emitido pelo corpo de engenheiros/técnicos da CONTRATADA.	
Testes operacionais	Os procedimentos realizados nas etapas anteriores são considerados pré-requisitos para a execução desta etapa. Caso ainda conste pendências dessas etapas passadas, alguns teste poderão ser afetados, neste caso, o técnico da CONTRATADA deverá revisar os procedimentos incompletos com o intuito de evitar riscos durante o processo de testes.	
Emprego dos materiais e ferramentas	O técnico da CONTRATADA antes de proceder as atividades de manutenção deverá verificar se possuir todos os elementos essenciais para a manutenção.	
Limpeza	Essa etapa compreende a limpeza física de todos os componentes e equipamentos do escopo da contratação, bem como, a limpeza do ambiente físico em que se encontram. Executar a remoção de poeira no invólucro de cada elemento de bateria. Executar a limpeza quando há oxidação nos bornes (terminais) das baterias; Executar a remoção de poeira no painel frontal do UPS (nas haletas de ventilação). Posteriormente, proceder remoção similar na parte traseira nas	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

	<p>paletas dos ventiladores e exaustores (fans);</p> <p>Executar a remoção de poeira nas partes externas do(s) gabinete(e) UPS;</p> <p>Verificar deformação no invólucro da bateria no banco.</p>	
Medição elétrica e térmicas	<p>Esta etapa compreende a inspeção física de todos componentes do banco de baterias, inclusas as próprias baterias e as seccionadas, com as respectivas medições térmicas.</p> <p>Executar a medição de Temperatura do Invólucro de cada bateria e dos seus respectivos bornes (positivo e negativo).</p> <p>Executar a medição de Temperatura das conexões da cablagem (terminais) das seccionadoras antes e depois dos fusíveis. Todas informações para controle, arquivamento (série histórica) e análises futuras de tendências do comportamento da temperatura dos fusíveis e cabos.</p> <p>Verificar o torque dos parafusos de fixação dos bornes das baterias em função da variação de temperatura medida anteriormente, e a seguir, realizar os seguintes procedimentos:</p> <p>Verificar deformação no invólucro da bateria no banco.</p> <p>Das Instruções de Medição Elétrica e Térmicas do Sistema UPS:</p> <ul style="list-style-type: none">• Executar a Medição de Tensão (V) de cada bateria do banco e das seccionadoras.• Executar a Medição de Tensão (V) e Corrente (I) de entrada no Retificador oriunda da rede elétrica comercial nos contatos R-S-T.• Executar a Medição de Tensão (V) e Potência Ativa e Reativa (kW e kVAr) de Saída do Inversor nos contatos R-S-T. <p>Executar as seguintes medições térmicas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Entrada de alimentação do retificador,	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

	<p>coletando dados dos 4 terminais (R-S-T-N e GND).</p> <ul style="list-style-type: none">• Saída de alimentação para a Carga, coletando dados dos 4 terminais (R-S-T-N e GND)• Entrada de alimentação DC indicada, coletando dados dos terminais do banco. <p>Realizar a leitura das medidas de Autonomia de Baterias, Frequência de Saída, Frequência de Bypass, Tensão das Baterias, Corrente de Carga das Baterias, Corrente de Descarga das Baterias, Tensão de Entrada do Retificador, Tensão de Entrada do Bypass, Tensão de Saída do Inversor, Corrente de Saída do Inversor, Potência Ativa, Potência Reativa, Potência Aparente e Potência de Saída em % e Capacidade de Bateria em %, via painel de controle (display) do UPS.</p>			
Funcionários e Execução do serviço	Uniformes/Crachá EPI's (Luvas, etc)			
Deixe aqui seu comentário ou observação para melhorar a qualidade dos serviços prestados ou queira esclarecer a sua avaliação:				
A – Número de quesitos pontuados, por grau de satisfação	O	B	R	I
B – Total de quesitos avaliados (excluindo-se os N – Não se aplica / Não sei responder)				
C – Índice de Avaliação por quesito (*)	O	B	R	I

(*) Dividir o número correspondente a cada grau de satisfação (O, B, R, I), pelo total de quesitos avaliados. [A/B]				
D – Pontuação Total (**)				
(**) Somatório dos índices de avaliação (item C) para os graus de satisfação (Ótimo e				



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Bom), multiplicados pela pontuação limite 25. $[(O+B) \times 25]$

3. FAIXAS DE AJUSTE DE PAGAMENTO

3.1. As pontuações de qualidade devem ser totalizadas para o mês de referência, conforme métodos apresentados nas tabelas acima.

3.1.1. A aplicação dos critérios de averiguação da qualidade resultará em uma pontuação final no intervalo de 0 a 100 pontos, correspondente à soma das pontuações obtidas para cada indicador, conforme fórmula abaixo:

Pontuação total do serviço = “indicador 1” + Pontos “indicador 2” + Pontos
“Indicador 4” + Pontos “indicador 4” + Pontos “indicador 5”.

3.2. Os pagamentos devidos, relativos a cada mês de referência, devem ser ajustados pela pontuação total do serviço, conforme tabela e fórmula apresentadas abaixo:

Faixas de pontuação de qualidade da ordem de serviço	Pagamento devido	Fator de ajuste de nível de serviço
De 80 a 100 pontos	100% do valor previsto	1,00
De 70 a 79 pontos	97% do valor previsto	0,97
De 60 a 69 pontos	95% do valor previsto	0,95
De 50 a 59 pontos	93% do valor previsto	0,93
De 40 a 49 pontos	90% do valor previsto	0,90
Abaixo de 40 pontos	90% do valor previsto mais multa	0,90 + avaliar a necessidade de aplicação de multa contratual

Valor devido por ordem de serviço = $[(\text{Valor mensal previsto}) \times (\text{Fator de ajuste de nível de serviço})]$

3.3. A avaliação abaixo de 40 (quarenta) pontos por três vezes ensejarão a rescisão do contrato.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

4. CHECK LIST PARA A AVALIAÇÃO DE NÍVEL DOS SERVIÇOS

Indicador	Critério (faixas de pontuação)	Pontos	Avaliação
Elaboração de relatórios técnicos	Sem ocorrências	10	
	1 ocorrência	8	
	2 ocorrências	6	
	3 ocorrências	4	
	4 ocorrências	2	
	5 ocorrências ou mais	0	
Testes operacionais	Sem atrasos	10	
	1 resposta com atraso	8	
	2 respostas com atraso	6	
	3 respostas com atraso	4	
	4 respostas com atraso	2	
	5 respostas com atraso ou mais	0	
Emprego dos materiais e ferramentas	Sem ocorrências	35	
	Uma ou mais ocorrências	0	
Limpeza	Sem ocorrências	20	
	Uma ou mais ocorrências	0	
Medição Elétricas e Térmicas	Conforme resultados da pesquisa	0 - 25	
Pontuação total dos Serviços			